

CÓDIGO UASG: 927337
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.043995/2025-15
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR – GAH/DAE
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM COTA PRINCIPAL, COTA RESERVADA E COTA
EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

A Fundação Municipal de Saúde – FMS, através da Diretoria de Compras Públicas – DCP, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação em tela na modalidade Pregão Eletrônico, nos termo deste Edital e seus anexos. Este Pregão será conduzido pela Pregoeira e respectivo membro equipe de apoio, designados, respectivamente, pelo Decreto Municipal nº27.561 de 09 de Janeiro de 2025 e Portaria Gab. Prefeito nº 09/2025. O presente Edital foi submetido à análise jurídica da Assessoria Jurídica da FMS, consoante disposto no art. 53 da lei 14.133/21.

DADOS DO CERTAME	
Disponibilidade do Edital	03/06/2026
OBJETO	Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futuras e eventuais aquisições de materiais médico-hospitalares (instrumentais cirúrgicos), destinadas aos hospitais da rede municipal de saúde vinculados à GAH/DAE.
Endereços eletrônicos para retirada do Edital, recebimento de propostas e documentos, abertura e disputa de preços	www.gov.br/compras , https://www.tce.pi.gov.br , https://site.fms.pmt.pi.gov.br
Prazo para envio da proposta/documentação	Até 19/06/ 2026, às 08h e 59 minutos
Valor estimado	Valor Anual Estimado: R\$ 1.835.739,45 (um milhão oitocentos e trinta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos). (X) Estimado () Máximo () Referência () Orçamento Sigiloso
Fonte de Recurso	Despesa: .3.3.90.30 Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde. Ação Programática: 2 . 570 - Gestão e Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina. Ação Programática: 4 . 133 - Gestão e Manutenção das Unidades da Atenção Especializada - Rede Própria. Fontes de Recursos: 1600115 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde. 1659119 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Serviços de Saúde.
Natureza do objeto	(x) AQUISIÇÃO () SERVIÇO
Esclarecimentos/Impugnações	Até 16/06/2026 para o e-mail: sarahdcpfms@gmail.com

Início da Sessão Eletrônica	Abertura e início da sessão de disputa de preços: às 09:00h do dia 19/06/2026.
Participação – MEI / ME /EPP	() Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 (x) Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06. () Licitação de Ampla Participação com justificativa.
Subcontratação	() Permitida a subcontratação no limite legal de 30% do objeto. (X) Vedada a subcontratação.
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro(a)	Sarah Maria Veloso Freire
Endereço	Diretoria de Compras Públicas da FMS, localizada na Rua Governador Artur de Vasconcelos, 3015, Aeroporto, Teresina-PI – CEP: 64.002-595,telefone:86-3228-8761
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília –DF.	
PROBLEMAS COM CONEXÃO E/OU DÚVIDAS SOBRE O SITE “GOV.BR/COMPRAS”: Capitais e Regiões metropolitanas: Tel.: 0800-978-9001 Demais Localidades: Tel.: 0800-978-9001 e site: https://portaldeservicos.gestao.gov.br/pt#/	
DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA.	
Forma de apresentação da proposta	(X) POR ITEM (lances se darão pelo valor total de cada item) () POR LOTE ANUAL (lances se darão pelo valor total do lote)
Critério de julgamento e intervalo de diferença entre os lances	() MENOR PREÇO “MENSAL” POR LOTE () MAIOR DESCONTO POR LOTE (X) MENOR PREÇO POR ITEM, () MAIOR DESCONTO POR ITEM () TABELA DE PREÇO PRATICADA NO MERCADO O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de R\$ 0,10 (Dez centavos).
Consórcio	() Poderão participar empresas em consórcio, (X) Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. Portanto, não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.
Validade da proposta	A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias , a contar da data da abertura da sessão pública.
Modo de disputa	() ABERTO (X) ABERTO E FECHADO () FECHADO E ABERTO

SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1.O objeto da presente licitação é Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futuras e eventuais aquisições de materiais médico-hospitalares (instrumentais cirúrgicos), destinadas aos hospitais da

rede municipal de saúde vinculados à GAH/DAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.1.2. As especificações são as constantes neste instrumento que deverão ser minuciosamente observadas pelos setores administrativos da FMS e pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

COTA PRINCIPAL

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	E-GOVERNE	CATMAT	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumental	35646	477805	27	3.819,37	103.122,99
-	Total estimado	-	-	-	-	-		103.122,99

COTA RESERVADA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	E-GOVERNE	CATMAT	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
2	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumental	35646	477805	3	3.819,37	11.458,11
-	Total estimado	-	-	-	-	-		11.458,11

COTA EXCLUSIVA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	E-GOVERNE	CATMAT	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
------	----------------	-------	------	-----------	--------	--------------------------------	-----------------------	--------------------

3	Cuba retangular 30x40x4 cm em aço inox	Uni d.	Instrumetal	26476	439218	100	119,01	11.901,00
4	Cuba redonda 15cm em aço inox	Uni d.	Instrumetal	26479	439205	150	13,00	1.950,00
5	Cuba redonda 8 cm em aço inox	Uni d.	Instrumetal	26478	439207	150	12,38	1.857,00
6	Cuba Rim, em aço inox	Uni d.	Instrumetal	26815	482871	100	69,74	6.974,00
7	Pinça Cheron, 25 cm	Uni d.	Instrumetal	31746	467873	80	57,77	4.621,60
8	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 25 cm	Uni d.	Instrumetal	38980	467891	80	110,97	8.877,60
9	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 25 cm	Uni d.	Instrumetal	26482	467894	80	60,53	4.842,40
10	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26483	467889	60	86,87	5.212,20
11	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26484	467892	60	82,88	4.972,80
12	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26485	467886	60	48,46	2.907,60
13	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26486	467886	60	83,15	4.989,00
14	Pinça Collin, reta, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26487	467904	60	90,78	5.446,80
15	Pinça Collin, com ponta	Uni d.	Instrumetal	26488	467897	60	103,69	6.221,40

	forma de anel, 16 cm							
16	Pinça Pean- Murphy, 16 cm, ponta reta	Uni d.	Instrume ntal	26489	467876	80	50,53	4.042, 40
17	Pinça Pean- Murphy, 14 cm, ponta reta	Uni d.	Instrume ntal	26490	467875	80	38,67	3.093, 60
18	Pinça dissecção, com dente de rato, 25 cm	Uni d.	Instrume ntal	26491	467999	100	23,71	2.371, 00
19	Pinça dissecção anatômica, com serrilha, 25 cm	Uni d.	Instrume ntal	26492	467747	100	44,80	4.480, 00
20	Pinça dissecção com dente de rato, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26493	467992	200	50,00	10.000 ,00
21	Pinça dissecção anatômica, com serrilha, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26494	467747	200	28,89	5.778, 00
22	Pinça dissecção com dente de rato, 16cm	Uni d.	Instrume ntal	26495	467996	200	37,64	7.528, 00
23	Pinça dissecção anatômica, com serrilha, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26496	467745	200	23,41	4.682, 00
24	Pinça dissecção com dente de rato, 14cm	Uni d.	Instrume ntal	26497	467996	200	20,38	4.076, 00
25	Pinça dissecção anatômica, com serrilha, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26498	467745	200	19,56	3.912, 00

26	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 25 cm	Uni d.	Instrumetal	26499	468058	50	66,93	3.346,50
27	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26500	468052	50	40,77	2.038,50
28	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26501	468054	50	31,51	1.575,50
29	Pinça adson, com serrilha, 12 cm	Uni d.	Instrumetal	26502	468017	150	33,10	4.965,00
30	Pinça adson, sem dente, 12 cm	Uni d.	Instrumetal	26503	468017	150	22,55	3.382,50
31	Cabo bisturi Nº 03	Uni d.	Instrumetal	26504	272821	200	12,54	2.508,00
32	Cabo bisturi Nº 07	Uni d.	Instrumetal	26505	288872	200	42,29	8.458,00
33	Aspirador Poole, reto, 24,5 cm	Uni d.	Instrumetal	26506	475257	100	172,03	17.203,00
34	Aspirador Yankauer	Uni d.	Instrumetal	26507	475261	100	132,16	13.216,00
35	Pinça Backhaus, 13 cm (para campo)	Uni d.	Instrumetal	26523	467869	300	34,54	10.362,00
36	Pinça Backhaus, 10 cm (para campo)	Uni d.	Instrumetal	26524	467868	150	26,33	3.949,50
37	Porta agulha Mayo-Hegar, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26525	471152	150	28,63	4.294,50

38	Porta agulha Mayo-Hegar, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26526	471152	150	45,97	6.895,50
39	Porta agulha Mayo-Hegar, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26527	471152	200	83,92	16.784,00
40	Porta agulha Mayo-Hegar, 25 cm	Uni d.	Instrumetal	26528	471152	60	171,33	10.279,80
41	Porta agulha Mayo-Hegar, 30 cm	Uni d.	Instrumetal	26529	471152	60	102,43	6.145,80
42	Porta Agulha Derf, com widea, 12 cm	Uni d.	Instrumetal	26530	471134	30	242,04	7.261,20
43	Porta Agulha Derf, com widea, 15 cm	Uni d.	Instrumetal	26531	471135	30	175,64	5.269,20
44	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26532	471169	50	175,96	8.798,00
45	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26533	471166	50	149,09	7.454,50
46	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26534	471152	50	150,72	7.536,00
47	Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 23 cm	Uni d.	Instrumetal	26535	471557	150	53,28	7.992,00
48	Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26559	471555	150	72,31	10.846,50

49	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26560	471554	150	59,60	8.940,00
50	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26561	471554	150	43,90	6.585,00
51	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26562	471553	150	93,63	14.044,50
52	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 23 cm	Uni d.	Instrumetal	56563	471559	150	71,09	10.663,50
53	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26564	471547	150	64,60	9.690,00
54	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26565	471546	150	83,90	12.585,00
55	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26566	471546	150	56,65	8.497,50
56	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26567	471545	150	42,32	6.348,00
57	Tesoura Mayo-Stille, reta, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26568	471494	150	67,63	10.144,50
58	Tesoura Mayo-Stille, reta, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26569	471493	100	54,61	5.461,00

59	Tesoura Mayo-Stille, reta, 16 cm	Uni d.	Instrumental	26570	471492	100	57,90	5.790,00
60	Tesoura Mayo-Stille, reta, 14 cm	Uni d.	Instrumental	26571	471491	100	41,81	4.181,00
61	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 17 cm	Uni d.	Instrumental	26572	471467	80	28,30	2.264,00
62	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26573	471468	80	32,28	2.582,40
63	Tesoura de Íris, fina-fina, reta, 12 cm	Uni d.	Instrumental	26574	471570	80	23,51	1.880,80
64	Tesoura de Íris, fina-fina, curva, 12 cm	Uni d.	Instrumental	5622	471570	80	20,33	1.626,40
65	Pinça allis, 5x6 dentes, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26577	467749	100	49,17	4.917,00
66	Pinça allis, 5x6 dentes, 15 cm	Uni d.	Instrumental	26578	467750	200	40,14	8.028,00
67	Pinça Rochester Pean, curva, 24 cm	Uni d.	Instrumental	26579	467820	90	85,18	7.666,20
68	Pinça Rochester Pean, curva, 18 cm	Uni d.	Instrumental	26580	467819	90	45,51	4.095,90
69	Pinça Rochester Pean, reta, 24 cm	Uni d.	Instrumental	26581	467815	90	67,74	6.096,60
70	Pinça Rochester	Uni d.	Instrumental	26582	467814	90	51,11	4.599,90

	Pean, reta, 18 cm							
71	Pinça Mixer-Baby, 14 cm	Unid.	Instrumental	26583	467788	50	47,32	2.366,00
72	Pinça Mixer, 23 cm, curva	Unid.	Instrumental	26584	467786	50	104,09	5.204,50
73	Pinça Kelly, curva, 16 cm	Unid.	Instrumental	26585	467839	300	47,74	14.322,00
74	Pinça Kelly, curva, 14 cm	Unid.	Instrumental	26586	467838	150	32,23	4.834,50
75	Pinça Kelly, reta, 16 cm	Unid.	Instrumental	26588	467834	200	32,82	6.564,00
76	Pinça Kelly, reta, 14 cm	Unid.	Instrumental	26589	467833	150	26,60	3.990,00
77	Pinça Halstead-Mosquito, curva, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumental	26591	467857	200	35,58	7.116,00
78	Pinça Halstead-Mosquito, reta, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumental	26593	467854	200	43,98	8.796,00
79	Serras de gigli 40 cm	Unid.	Instrumental	26596	609098	500	11,05	5.525,00
80	Serras de gigli 50 cm	Unid.	Instrumental	26597	609099	500	16,63	8.315,00
81	Cabo para serra de gigli	Unid.	Instrumental	26598	482541	50	61,20	3.060,00
82	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 3mm, tam. 20 cm	Unid.	Instrumental	26599	613414	15	1.817,45	27.261,75
83	Pinça Kerrison Ang. P/ cima	Unid.	Instrumental	26600	468215	15	1.529,72	22.945,80

	5mm, tam. 20 cm							
84	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26601	468139	50	268,01	13.400,50
85	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26602	468140	50	507,78	25.389,00
86	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26603	468141	50	335,35	16.767,50
87	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26604	468142	50	675,72	33.786,00
88	Afastador Farabeuf 1,0 cm x 12 cm	Uni d.	Instrumetal	42892	474120	200	33,38	6.676,00
89	Afastador Farabeuf 2,0 cm x 15 cm	Uni d.	Instrumetal	31603	474121	200	36,62	7.324,00
90	Afastador Farabeuf 3,0 cm x 18 cm	Uni d.	Instrumetal	42894	474124	200	34,24	6.848,00
91	Afastador Farabeuf 0,7 cm x 10 cm	Uni d.	Instrumetal	32066	474118	200	30,75	6.150,00
92	Cânula para punção ventricular 1,5 mm (starlet)	Uni d.	Instrumetal	novo	463249	30	76,46	2.293,80
93	Cânula para punção ventricular 2 mm (starlet)	Uni d.	Instrumetal	novo	463249	30	84,22	2.526,60

94	Cânula para punção ventricular 3 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,60
95	Cânula para punção ventricular 4 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,60
96	Pinça love reta, 25 cm	Unid.	Instrumental	26609	473878	20	1.048,51	20.970,20
97	Pinça love reta, 20 cm	Unid.	Instrumental	26610	473878	20	1.048,51	20.970,20
98	Pinça Adson Protetora de dura-máter	Unid.	Instrumental	26611	468016	20	155,01	3.100,20
99	Descolador Olivercrona 20 cm	Unid.	Instrumental	26612	484383	15	105,34	1.580,10
100	Descolador Penfield nº01	Unid.	Instrumental	26613	484374	15	210,00	3.150,00
101	Descolador Freer, 18 cm	Unid.	Instrumental	26614	484361	60	126,17	7.570,20
102	Descolador Hurd, 22 cm	Unid.	Instrumental	26615	484370	15	119,75	1.796,25
103	Pinça Bipolar Baioneta fenestrada	Unid.	Instrumental	26616	607836	15	1.669,30	25.039,50
104	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 20 cm	Unid.	Instrumental	26618	473771	30	560,74	16.822,20
105	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 16 cm	Unid.	Instrumental	26619	473769	30	455,75	13.672,50

106	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 14 cm	Unid.	Instrumental	26620	473768	30	417,62	12.528,60
107	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 25 cm	Unid.	Instrumental	26621	473772	20	595,83	11.916,60
108	Pinça Raney, 20 cm	Unid.	Instrumental	26622	621911	15	608,75	9.131,25
109	Passador de serra de Gigli simples	Unid.	Instrumental	26623	482541	30	63,50	1.905,00
110	Espátula maleável delicadas	Unid.	Instrumental	20706	600955	50	56,26	2.813,00
111	Pinça Dandy para couro cabeludo, 14cm	Unid.	Instrumental	26707	467910	100	88,54	8.854,00
112	Clamps de Bakey, reto, 25 cm	Unid.	Instrumental	26708	482991	30	912,15	27.364,50
113	Clamps de Bakey, curvo, 25 cm	Unid.	Instrumental	26709	483190	30	793,68	23.810,04
114	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 2mm x 120mm	Unid.	Instrumental	26710	475368	60	129,29	7.757,40
115	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 3mm x 120mm	Unid.	Instrumental	26711	475366	60	112,08	6.724,80
116	Pontas aspirativas Frazier Haste,	Unid.	Instrumental	26712	475368	60	112,41	6.744,60

	com mandril, 4mm x 120mm							
11 7	Afastador Balfour Abdominal com válvula reta 70 X 100 mm	Uni d.	Instrume ntal	35633	474074	20	919,56	18.391 ,20
11 8	Afastador Balfour Abdominal com válvula curva 70 X 100 mm	Uni d.	Instrume ntal	39041	474074	20	883,84	17.676 ,80
11 9	Pinça Babcock, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	24721	467733	80	158,06	12.644 ,80
12 0	Pinça Babcock, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	24722	467980	80	97,56	7.804, 80
12 1	Pinça Duval- Collin, boca, 2,5 cm, 23 cm	Uni d.	Instrume ntal	26724	467896	50	423,09	21.154 ,50
12 2	Pinça Duval, boca, 1,5 cm, 21 cm	Uni d.	Instrume ntal	26725	467895	50	423,09	21.154 ,50
12 3	Pinça Potts- smith com wídea, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	novo	468084	20	256,65	5.133, 00
12 4	Pinça Pozzi, reta, 25 cm	Uni d.	Instrume ntal	26799	467764	30	62,96	1.888, 80
12 5	Histeromêtro Collin, 28 cm	Uni d.	Instrume ntal	26800	442460	30	111,37	3.341, 10
12 6	Pinça Museux, reta, 24 cm	Uni d.	Instrume ntal	26801	467943	30	113,43	3.402, 90
12 7	Pinça Espanhola, 30 cm	Uni d.	Instrume ntal	37745	467966	50	714,21	35.710 ,50

128	Pinça Espanhola, 20 cm	Unid.	Instrumental	26809	467964	50	390,46	19.523,00
129	Pinça Goiva Leksell (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumental	26811	600364	20	1.030,85	20.617,00
130	Pinça Goiva Jansen (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumental	26812	600356	20	1.185,67	23.713,40
131	Pinça Goiva Echlin (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumental	26788	600368	20	1.236,82	24.736,40
132	Pinça Goiva Stille (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumental	novo	600350	20	1.059,00	21.180,00
133	Pinça Semb, curva, 24 cm	Unid.	Instrumental	26772	467978	05	260,08	1.300,40
134	Pinça para Tubos Plásticos, 18 cm	Unid.	Instrumental	26813	467893	20	130,78	2.615,60
135	Cuba Retangular, em aço inox, 20x30 cm	Unid.	Instrumental	34798	439221	150	196,26	29.439,00
136	Bacia em aço inox, diâmetro 30 cm	Unid.	Instrumental	46491	469451	200	42,49	8.498,00
137	Gancho de gillis simples delicado 16 cm	Unid.	Instrumental	7507	471208	30	67,95	2.038,50
138	Porta Agulha para Fio de Aço	Unid.	Instrumental	26817	471175	30	147,52	4.425,60

139	Afastador Desmarres	Unid.	Instrumental	26746	473874	50	93,96	4.698,00
140	Descolador de Molt	Unid.	Instrumental	26778	466093	30	139,38	4.181,40
141	Afastador Senn Mueller 17 cm	Unid.	Instrumental	26822	473862	30	89,43	2.682,90
142	Pinça Rowe Esquerda 20 cm	Unid.	Instrumental	novo	467967	10	726,28	7.262,80
143	Afastador Minesota	Unid.	Instrumental	26782	314524	20	13,41	268,20
144	Afastador Henahan	Unid.	Instrumental	26792	626472	10	136,03	1.360,30
145	Pinça Rowe Direita 20 cm	Unid.	Instrumental	26823	467968	10	726,28	7.262,80
146	Pinça Satinski atraumática 20 cm	Unid.	Instrumental	31753	601040	30	700,35	21.010,50
147	Gancho de Barros	Unid.	Instrumental	26783	483151	10	125,12	1.251,20
148	Tesoura de Potts, 16 cm	Unid.	Instrumental	novo	471687	50	282,65	14.132,50
149	Tesoura de Potts, 20 cm	Unid.	Instrumental	26728	471686	50	282,65	14.132,50
150	Pinça Faure Uterina, 24 cm	Unid.	Instrumental	novo	467796	10	123,95	1.239,50
151	Pinça Hartmann com serrilha, 09 cm	Unid.	Instrumental	26826	474434	50	464,53	23.226,50
152	Pinça Hartmann com serrilha, 14 cm	Unid.	Instrumental	26827	474435	50	464,53	23.226,50

153	Pinça Hartmann com serrilha, 16 cm	Unid.	Instrumental	26828	474436	50	464,53	23.226,50
154	Pinça Hartmann, auricular, com ponta delicada, 12 cm	Unid.	Instrumental	26829	474434	50	413,45	20.672,50
155	Pinça Schmidt, curva, 18 cm	Unid.	Instrumental	26831	467927	20	98,20	1.964,00
156	Faca de Beckman N.01	Unid.	Instrumental	26833	477667	15	100,99	1.514,85
157	Faca de Beckman N.02	Unid.	Instrumental	26834	477668	15	96,54	1.448,10
158	Faca de Beckman N.03	Unid.	Instrumental	26835	477669	15	93,59	1.403,85
159	Cabo bisturi Nº 04	Unid.	Instrumental	31630	299116	80	24,52	1.961,60
160	Bandeja lisa aço inox 22x12x1,5 cm	Unid.	Instrumental	33624	440155	100	43,78	4.378,00
161	Eletrodo faca para caneta de bisturi 2,38mm x 75mm ponta reta longa.	Unid.	Instrumental	39674	463003	200	54,37	10.874,00
162	Caneta Monopolar para bisturi elétrico, cabo de silicone, autoclavável, compatível com bisturi elétrico universal (comando pedal).	Unid.	Instrumental	33511	435593	200	340,68	68.136,00

163	Cabo da Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável, compatível com bisturi elétrico marca WEM.	Unid	Instrumental	26787	438829	100	355,18	35.518,00
164	Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável	Unid	Instrumental	26793	485653	100	580,11	58.011,00
165	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 30 cm	Unid	Instrumental	novo	477805	30	2.511,23	75.336,90
166	Abaixador de Língua Brueningos, 18 cm	Unid.	Instrumental	26840	629292	80	24,82	1.985,60
167	Martelo Mead, de percussão, 18,5 cm	Unid.	Instrumental	26730	339046	10	133,59	1.335,90
168	Cinzel, reto, 3 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26754	627598	10	106,45	1.064,50
169	Cinzel, reto, 6 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26755	627597	10	111,83	1.118,30
170	Cinzel, reto, 8 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26756	601557	10	116,50	1.165,00
171	Cinzel, reto, 10 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26757	601557	10	120,16	1.201,60
172	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm curva	Unid.	Instrumental	novo	605790	30	963,25	28.897,50
173	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm reta	Unid.	Instrumental	novo	605790	30	963,25	28.897,50

-	Total estimado	1.835.739,45
---	----------------	--------------

1.2 DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.2 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que atende a necessidades permanentes e prolongadas da entidade licitante, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.3 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO À ME/EPP/MEI EM CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES PÚBLICAS

1.3.1. A Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens ou produtos de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, consoante disposto no art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.3.2. A Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.3.3. O benefício trazido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido.

1.3.4. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação.

1.3.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

1.3.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deve ocorrer pelo menor preço;

1.3.7. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º do Decreto Federal nº 8.538/15.

1.3.8. O vencedor da cota reservada poderá apresentar valor diferente da cota principal desde que seja vantajoso para a Administração Pública e que não ultrapasse o preço de referência (valor médio unitário) da pesquisa de preços, consoante art.10, inciso I do Decreto Federal nº 8.538/2015.

1.3.9. É vedada a aplicação dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º da Lei 14.133/2021;

1.3.10. Os benefícios aos quais se refere o caput do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, não serão estendidos a microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados

extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante demonstrar observância desse limite na licitação por meio de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

1.3.11. Assim, em atendimento ao disposto na legislação, após a inclusão do mapa comparativo de preços foi analisada a divisão de cotas às Microempresas - ME/MEI e Empresas de Pequeno Porte - EPP e será destinado o percentual de **10% do item Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 45 cm.**

SEÇÃO II - DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Órgão gerenciador e participante (s)

2.1.1. O órgão gerenciador será a Fundação Municipal de Saúde

2.2. Do Sistema de Registro de Preços

2.2.1. Da Utilização Da Ata De Registro De Preços

2.2.1.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido na Legislação Municipal.

2.2.1.2 Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2.1.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador.

2.2.1.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto na Legislação Municipal.

2.2.1.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do órgão gerenciador.

2.2.1.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.2.1.7. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo órgão gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções:

a) Qualquer ato que o Órgão Carona cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório – Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro;

b) Qualquer ato que o Órgão Carona cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório – Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro;

c) O Órgão Carona fará o contato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação;

2.2.1.8 A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias após a autorização, observando o prazo de vigência da ata.

2.3. Da Competência Do Órgão Gerenciador Da Ata De Registro De Preços

2.3.1. Compete ao órgão gerenciador:

2.3.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

2.3.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

2.3.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

2.3.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

2.3.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

2.4. Do Cancelamento Do Registro De Preços De Fornecedor

2.4.1. O fornecedor do bem/serviço poderá ter seu registro de preços cancelado quando:

2.4.1.1. Descumprir as condições estabelecidas na ata de registro de preços sem motivo justificado;

2.4.1.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

2.4.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; ou

2.4.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. O cancelamento dos registros, nas hipóteses previstas nos itens 2.4.1.1, 2.4.1.2 e 2.4.1.4, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa.

2.4.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

2.4.3.1. Por razão de interesse público; ou

2.4.3.2. A pedido do fornecedor.

2.4.4. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput deste artigo será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

2.4.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

2.5. Da Vigência Da Ata De Registro De Preços

2.5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

2.5.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

2.5.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

2.6. Da alteração/atualização e negociação dos preços registrados

2.6.1. A Administração poderá revisar e/ou atualizar os preços registrados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados e mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 25 e 26 do Decreto Municipal nº 25.627/24..

2.6.2. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

2.6.3. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco

temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

2.6.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

2.6.5. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

2.6.6. Na hipótese prevista no item 13.5.5. o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

2.6.7. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627/24 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

2.6.8. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

2.6.9. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

2.6.10. Para fins do disposto no item 13.5.9., o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

2.6.11. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e na legislação aplicável.

2.6.12. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 16.5.11., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

2.6.13. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

2.6.14. Na hipótese de comprovação do disposto no item 13.5.9., o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Eletrônico e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema de Cadastramento Eletrônico até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do

órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.4.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.Cota Principal – Item 01 - para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de “Microempresa–ME” ou “Empresa de Pequeno Porte–EPP” ou “Microempreendedor Individual–MEI” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

3.5.Cota Reservada para ME/EPP/MEI – Item 02 - constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de “Microempresa–ME” ou “Empresa de Pequeno Porte–EPP” ou “Microempreendedor Individual–MEI”, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar nº147/2014. **Para o presente Pregão foi estabelecido a 10%(dez por cento) para a participação de ME/EPP/MEI, conforme justificativa no Termo de Referência.**

3.6. Cota Exclusiva para ME/EPP/MEI – Itens 03 a 173 - para a participação exclusiva de “Microempresa–ME” ou “Empresa de Pequeno Porte–EPP” ou “Microempreendedor Individual–MEI”, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar nº147/2014.

3.7. Da Participação de Cooperativas

3.7.1. A escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no Termo de Referência e contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

3.8. Da Subcontratação

3.8.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens onde não há vinculação à prestação de serviços acessórios.

3.9. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.11. O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9.14. O disposto nos itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9.16. A vedação de que trata o item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9.17. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de Teresina, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída ou mantida, no prazo e nas condições do impedimento.

3.9.18. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida.

3.9.19. EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIOS

3.9.19.1. Não poderão participar da licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio no certame se justifica diante da natureza do objeto a ser licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno porte e médio porte que, na sua maioria

apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade. Ademais, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, o que, não é o caso da presente contratação.

3.9.20 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 -TCU-Plenário).

3.9.21. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

3.9.21.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

3.9.22. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

3.9.23. Os interessados que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores.

3.9.24. A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

SEÇÃO IV - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após a fases de lances e apresentação das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4.cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.5.O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.6.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.7.A falsidade da declaração de que trata os itens 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.4.8.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4.9.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.4.10.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.4.11.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.4.12.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.4.13.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.4.14.O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.4.15.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.4.16. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.4.17.O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.4.18.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.4.19.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.20. A LICITANTE DEVERÁ CONSIGNAR, NA PROPOSTA O PREÇO UNITÁRIO COM NO MÁXIMO 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VIRGULA OU PERCENTUAL DE DESCONTO, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida neste Edital.

4.21. Os documentos digitalizados devem ser anexados em ARQUIVO ÚNICO (FORMATO PDF).

Caso o tamanho do arquivo ultrapasse o limite permitido pelo sistema, poderá o licitante anexar outro(s) arquivo(s), observando a JUNCTÃO E COMPRESSÃO dos documentos.

SEÇÃO V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

5.1.2.Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

5.1.3. As especificações dos itens cotados, bem como a marca e modelo (se for o caso);

5.1.4. A proposta deverá ser acompanhada do respectivo catálogo que comprovem as especificações dos produtos cotados;

5.1.5. A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

5.2.Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentada e consularizado.

5.3.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

5.4. É permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

5.5.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos fiscalizadores de controle externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10.Dos Critérios de Aceitação da Proposta

5.10.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO POR ITEM

5.10.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com os preços dos produtos ofertados.

5.10.3. As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

5.10.4. É indispensável o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade.

5.10.5. A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

5.10.6. O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

5.10.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA READEQUADA

5.11.1. Deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **02h(duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

5.12. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

5.12.1. A Fundação Municipal de Saúde, entidade Contratante, se reserva o direito de solicitar do licitante melhor classificado (arrematante), amostra(s) do(s) produto(s) ofertado(s) para fins de avaliação de conformidade de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência.

5.12.1.1 A licitante arrematante estará, inicialmente, dispensada de apresentar amostra do produto cotado para fins de análise de conformidade da proposta com as especificações e exigências solicitadas no edital, visto que esta verificação será efetuada através do catálogo apresentado junto à proposta.

5.12.2. Caso as especificações técnicas solicitadas não sejam comprovadas através do catálogo do produto cotado, poderá ser solicitado da empresa arrematante, amostra do produto cotado, a qual deverá ser entregue na Diretoria de Compras Públicas da FMS - DCP, situada na Rua 1º de Maio, 3006, bairro Aeroporto, Teresina-PI, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da convocação para a apresentação da amostra.

5.12.3. As amostras apresentadas pelos licitantes deverão ser avaliadas por técnicos especializados designados pela Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.12.4. As amostras deverão ser apresentadas da seguinte forma:

5.12.4.1. As amostras deverão estar identificadas com os termos:

5.12.4.1.1. **Amostra para Análise:** além dos dados completos da referida amostra;

5.12.4.1.2. **Licitação:** número da licitação e do item a que se referem.

5.12.4.2. A (s) amostra(s) deverá(ão) estar na embalagem original do(s) produto(s);

5.12.4.3. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente, quando for o caso. Os licitantes deverão fazer constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas.

5.12.5. Os licitantes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão retirá-las, no mesmo local onde foram entregues, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da divulgação do resultado final do certame.

5.12.6. Os critérios para análise das amostras apresentadas será a verificação de conformidade destas com as especificações solicitadas no Termo de Referência.

5.12.7. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

5.12.8. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

SEÇÃO VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,10*).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.11.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.11.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.11.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.11.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.11.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.11.13. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.11.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.11.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.11.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.11.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.11.18. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.11.19. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.11.20. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.11.21. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

- 6.11.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.11.23. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.11.24. empresas brasileiras;
- 6.11.25. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.11.26. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.11.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.11.28. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:*
- 6.11.29. A contratação será definida como divisível, tornando necessário o parcelamento.
- 6.11.30. A licitação deve propiciar à Administração Pública a contratação mais vantajosa, de forma que o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, determina a divisão do objeto em tantas parcelas quanto técnica e economicamente viável, o que amplia a competição, conquanto, de toda sorte, que essa escolha possa resultar maior economicidade, o que determina a escolha desta contratação;
- 6.11.31. Visando maior economicidade devido ao ganho de escala é que a Contratação deverá ser feita em Item;
- 6.11.32. Considerando também a perda para a Administração Pública em termos de Gestão das informações dos equipamentos, que contempla no objeto da contratação, caso a contratação seja pulverizada em muitos contratos diferentes. Situação que prejudicaria a gestão das informações sobre os equipamentos.
- 6.11.33. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.11.34. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.11.35. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.11.36. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.11.37. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.11.38. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.11.39. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado neste Termo de Referência.
- 6.11.39.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) neste Termo de Referência serão desclassificados.

6.11.40. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço por item.
6.11.41. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) neste Termo de Referência serão desclassificadas.

6.11.42. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

6.11.42.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços apresentada no Termo de Referência

SEÇÃO VII - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Eletrônico;

7.1.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.1.1.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas). (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.1.1.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.1.1.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.1.1.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.1.1.9. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.1.1.10. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício..

7.1.1.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do Decreto Municipal nº 24.748, de 5 de setembro de 2023.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.2.6.No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.2.7.A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.2.8.que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.2.9.inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.2.10.Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execuibilidade da proposta.

7.2.11.Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.2.12.Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.2.13.Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.2.14.Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.2.15.No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.2.16.Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

SEÇÃO VIII - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2.Da Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.8. Inexistência de Vínculo com a Contratante: Declaração expressa do licitante informando que nenhum de seus sócios, administradores, gerentes ou responsáveis legais possui vínculo empregatício, estatutário, comissionado ou de qualquer outra natureza com a Fundação Municipal de Saúde (FMS), em conformidade com o disposto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.2. Da Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/06, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Da Qualificação Econômico-Financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 23.847, de 2023), ou de sociedade simples;

8.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo

o Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/ (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/ (Passivo Circulante).

8.2.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.2.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

8.2.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.2.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.2.4. Da Qualificação Técnica

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.2.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.4.5. Licença Sanitária para comercialização e venda de material médico-hospitalar, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o caso.

8.2.4.6. Alvará de funcionamento emitido pela ANVISA.

SEÇÃO IX - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

SEÇÃO X - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original, desde que não ultrapasse o valor estimado.

10.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.1.4. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.1.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.1.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.1.6.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.1.6.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627/2024.

10.1.7. Na hipótese do licitante convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no art. 19, observado o disposto no parágrafo 3º, do art. 18, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, em igual prazo e nas condições do primeiro colocado.

SEÇÃO XI - DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado; V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. 5 . Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s)

definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto no Decreto Municipal nº 25.627, de 2024.

11.10. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

11.10.1. convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

11.10.2. frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido;

11.10.3. convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.11.1. liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

11.11.2. convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.12. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

SEÇÃO XII - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. Condições de Entrega

12.1.1. Os produtos serão entregues em remessas parceladas, de acordo com as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Teresina.

12.1.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho.

12.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

12.1.4. A entrega do objeto será feita, em dias úteis, de 7:30 às 13:30h, no Núcleo de Patrimônio da FMS - NUPA, situado na Av. Barão de Gurguéia, nº 2933, telefone (86) 3218-5724, bairro Tabuleta, Teresina-PI, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

12.1.5. O objeto deverá ser entregue em sua embalagem original contendo as indicações de marca, fabricante/produtor, procedência e manual de uso e garantia.

12.1.6. Os produtos em desacordo com a Proposta da Contratada serão rejeitados pela FMS/PMT, obrigando-se o fornecedor a repor no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da comunicação pela

Contratante.

12.1.7. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da Contratada.

12.1.8. A Contratada deverá emitir guias de remessas informatizadas, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da Contratante, endereço completo, equipamento/material que está sendo entregue, unidade e quantidade. Deverá conter, também, data e assinatura do recebedor com carimbo e assinatura do prestador do serviço.

12.1.9. A Contratante emitirá Nota de Empenho, na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item licitado.

12.1.10. Os produtos não devem ser estocados próximos a gás liquefeito de petróleo e outros produtos potencialmente tóxicos para evitar a contaminação ou impregnação de odores indesejáveis.

12.1.11. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma adequada à sua conservação, em embalagens de fábrica, lacrados pelo fabricante e transportados em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias.

12.1.12. Os técnicos ou empregados da Contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados com uniforme e/ou crachás, desde que nos crachás contenham identificação da empresa e do funcionário, bem como fica proibido que seu pessoal fique circulando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho.

12.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

12.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deverá de, no mínimo, 1 ano ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Tal garantia faz-se necessário, tendo em vista que a licitação será realizada na forma de Sistema de Registro de Preços e os produtos serão adquiridos de acordo com as necessidades do setor requisitante.

12.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

12.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

12.2.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

12.2.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias, as expensas da contratada

12.2.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

12.2.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

12.2.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

12.2.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em

caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

12.2.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

12.2.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

12.2.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

12.2.13. A assistência técnica e os serviços de manutenção deverão ser prestados por unidade localizada em distância compatível com as necessidades operacionais da Administração, de modo a garantir agilidade, eficiência e atendimento dentro dos prazos estipulados nesta cláusula.

SEÇÃO XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A FMS será responsável pelo descarte correto dos resíduos de serviços de saúde, devendo atender a legislação pertinente e vigente, mormente a RDC 222/28-ANVISA.

SEÇÃO XIV – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

14.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

14.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as

medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

14.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

SEÇÃO XV – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

15.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, no local e endereço indicados neste Termo de Referência.

15.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/21, comunicando-se à empresa

para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.1.8. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da Contratada.

15.1.9. Todos os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem original da fábrica, contendo externamente dados do fabricante e conteúdo da embalagem. Os rótulos/instruções de uso/manual, com todas as informações sobre os produtos deverão ser em língua portuguesa.

15.1.10. Os produtos não devem ser estocados próximos a gás liquefeito de petróleo e outros produtos potencialmente tóxicos para evitar a contaminação ou impregnação de odores indesejáveis.

15.1.11. O produto a ser entregue deverá atender ao disposto na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

15.2. LIQUIDAÇÃO

15.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

15.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Registro Cadastral ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.

15.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Registro Cadastral para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.2.6. Constatando-se, junto ao Sistema de Registro Cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias

úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sistema de Registro Cadastral.

15.3. PAGAMENTO

15.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado, preferencialmente, na instituição financeira Banco do Brasil S.A.

15.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

15.3.2.1. Cópia legível do empenho;

15.3.2.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto ou serviço à Contratante, sanadas as irregularidades constatadas.

15.3.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

15.3.2.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

15.3.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

15.3.2.6. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

15.3.3. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br

15.3.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

15.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

15.3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.3.8. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período,

a critério da contratante.

15.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.3.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

15.3.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

15.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.3.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

SEÇÃO XVI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

16.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

16.3. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

16.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **05 (cinco) minutos**, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

16.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

16.7.DAS CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA A HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

16.7.1. Para ter direito aos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, que exerçam atividade comercial, deverão apresentar, quando solicitado pelo pregoeiro, Certidão expedida pela Junta Comercial. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte que atuem em outra área que não a comercial, deverá ser apresentado, quando solicitado pelo pregoeiro documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Se houver interesse, em substituição aos documentos citados.

16.7.2.Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização, conforme previsto na Lei Complementar 147/2014.

16.7.3.A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nos termos do art. 43, § 2º da Lei Complementar n.º 123/2006.

16.8 DA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 47 E 48 LEI COMPLEMENTAR 123/2006:

16.8.1.Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006, fica reservada cota no percentual de **2% (dois por cento)** do quantitativo estimado total constante para o item, assegurada a preferência de contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o previsto no Edital.

16.8.2.Para a cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a proposta de preços de que trata o anexo do Edital deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

16.8.3.Na hipótese de uma mesma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sagrar-se vencedora quanto à cota principal e à reservada, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo preço da cota de menor valor.

16.8.4.Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao licitante vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

16.8.5. O vencedor da cota reservada poderá apresentar valor diferente da cota principal desde que seja vantajoso para a Administração Pública e, que não ultrapasse o preço de referencia(valor médio unitário) da pesquisa de preços, consoante **art.10, inciso I, da Lei Federal nº 8.538/2015.**

SEÇÃO XVII - DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

17.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: processoeletronico@pmt.pi.gov.br.

SEÇÃO XVIII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se

justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

b) O atraso superior a dez dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

c) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, nos termos do item acima.

d) A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

e) Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

f) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

g) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

h) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

i) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

j) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1.1) a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.2) as peculiaridades do caso concreto;

1.3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.4) os danos que dela provierem para o Contratante;

1.5) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

l) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

m) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

n) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

o) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

p) Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

SEÇÃO XIX - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: **sarahdcpfms@gmail.com**.

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XX - DA CONTRATAÇÃO

20.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Deverá ser respeitada, quando da formalização do instrumento contratual ou correlatos, a vigência estabelecida no instrumento convocatório.

20.2. Os instrumentos de que trata o item acima, serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

SEÇÃO XXI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos.

21.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

21.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

21.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

21.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei 14.133/21.

21.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

21.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

21.1.8. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

21.1.9. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

21.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

21.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

21.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

21.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.1.14. Realizar pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

21.1.15. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços.

21.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

21.2.2. Entregar o objeto acompanhado de documentação fiscal, respectivo termo de garantia do fabricante, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento;

21.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

21.2.4. Comunicar ao contratante, com pelo menos 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

21.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

21.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

21.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

21.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

21.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

21.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

21.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/21);

21.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21);

21.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

21.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21.

21.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

21.2.18. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

21.2.19. Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

21.2.20. Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

21.2.21. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

21.2.22. Dar garantia dos produtos, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

21.2.23. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, as obrigações contratuais, sem prévia e expressa anuência da contratante;

21.2.24. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos,

independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;

21.2.25. Responder pelos compromissos assumidos com terceiros, vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.2.26. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

21.2.27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

21.2.28. Realizar capacitações e treinamentos, quando solicitado pela Contratante, visando bem operacionalizar os materiais e equipamentos.

SEÇÃO XXII - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

22.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

22.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22.3. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

SEÇÃO XXIII – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Despesa: .3.3.90.30

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde.

Ação Programática: 2 . 570 - Gestão e Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina.

Ação Programática: 4 . 133 - Gestão e Manutenção das Unidades da Atenção Especializada - Rede Própria.

Fontes de Recursos:

1600115 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

1659119 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Serviços de Saúde.

SEÇÃO XXIV - JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

24.1 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual nas contratações públicas é facultativa, ficando a critério da autoridade competente e condicionada à previsão expressa no edital, bem como à análise da complexidade técnica, do risco envolvido na contratação e do custo administrativo decorrente da exigência.

24.2 No presente caso, trata-se de aquisição pontual de bens duráveis e padronizados — estetoscópios, esfigmomanômetros, termômetros, oxímetros e aparelhos digitais de pressão arterial —, todos amplamente disponíveis no mercado e com risco reduzido de inadimplemento, considerando a natureza do objeto e o seu fornecimento de forma imediata e integral. A operação é de baixa complexidade técnica e não se configura como fornecimento continuado ou obra/serviço de engenharia, o que afasta a hipótese de obrigatoriedade de garantia, conforme também prevê o art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

24.3 Por fim, ressalta-se que o risco de descumprimento contratual pode ser mitigado por outros meios de controle que serão previstos no edital e no contrato, como o pagamento apenas após a entrega dos produtos e sua aceitação definitiva, bem como a aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inadimplemento.

24.4 Diante do exposto, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de contratação de baixo risco, pontual, de objeto padronizado e amplamente disponível, o que está plenamente respaldado pelo disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO XXV - DA ORDEM DE FORNECIMENTO E/OU NOTA DE EMPENHO

25.1. Homologada a licitação, esta será encaminhada ao setor solicitante da mesma para que, conforme avaliação e necessidades, proceda a abertura de processo de solicitação de emissão de Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item licitado a ser entregue pela Contratada.

25.2. A Fundação Municipal de Saúde enviará as Ordens de Fornecimento/Notas de Empenho através do e-mail oficialmente informado pela contratada.

25.3. A empresa adjudicatária terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para justificar e manifestar interesse na recusa da nota de empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

25.4. É facultado à Administração, quando a convocada não aceitar nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, podendo negociar diretamente com o(s) proponente(s) para que seja obtido preço melhor.

SEÇÃO XXVI - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

26.1. A extinção do contrato, consoante arts. 138 e 139 da Lei 14.133/21, poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.1.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

26.1.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

26.1.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual.

SEÇÃO XXVII - DAS PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

27.1. O regime jurídico dos contratos instituído pela Lei Federal nº 14.133/21 confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

- a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- b) extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- c) fiscalizar sua execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- d) ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

I - risco à prestação de serviços essenciais;

II - necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

SEÇÃO XXVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras].

24.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II: MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO FATO IMPEDITIVO

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ANEXO VII: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DO § 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ANEXO VIII: MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE

PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO
ANEXO IX: MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU
DEGRADANTE
ANEXO X: MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO X-A: MODELO DE CADASTRO DE RESERVA
ANEXO XI: MINUTA DO CONTRATO

Teresina (PI), 26 de maio de 2026.

IZAURA DO BOMFIM OLIVEIRA FERREIRA

Diretor(a) de Compras Públicas FMS/PMT

LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA

Presidente da Fundação Municipal de Saúde – FMS/PMT

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS)

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COM FULCRO NO ART. 82 DA LEI 14.133/2021

PROPONENTE: GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR – GAH/DAE

PROCESSO Nº 00045.043995/2025-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futuras e eventuais aquisições de materiais médico-hospitalares (instrumentais cirúrgicos), destinadas aos hospitais da rede municipal de saúde vinculados à GAH/DAE, conforme especificações da planilha abaixo, as quais deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	E-GOVERNE	CATMAT	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Cuba retangular 30x40x4 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	26476	439218	100	119,01	11.901,00
2	Cuba redonda 15cm em aço inox	Unid.	Instrumental	26479	439205	150	13,00	1.950,00
3	Cuba redonda 8 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	26478	439207	150	12,38	1.857,00
4	Cuba Rim, em aço inox	Unid.	Instrumental	26815	482871	100	69,74	6.974,00
5	Pinça Cheron, 25 cm	Unid.	Instrumental	31746	467873	80	57,77	4.621,60

6	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 25 cm	Uni d.	Instrumental	38980	467891	80	110,97	8.877,60
7	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 25 cm	Uni d.	Instrumental	26482	467894	80	60,53	4.842,40
8	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26483	467889	60	86,87	5.212,20
9	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26484	467892	60	82,88	4.972,80
10	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 18 cm	Uni d.	Instrumental	26485	467886	60	48,46	2.907,60
11	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 18 cm	Uni d.	Instrumental	26486	467886	60	83,15	4.989,00
12	Pinça Collin, reta, 18 cm	Uni d.	Instrumental	26487	467904	60	90,78	5.446,80
13	Pinça Collin, com ponta forma de anel, 16 cm	Uni d.	Instrumental	26488	467897	60	103,69	6.221,40
14	Pinça Pean-Murphy, 16 cm, ponta reta	Uni d.	Instrumental	26489	467876	80	50,53	4.042,40
15	Pinça Pean-Murphy, 14 cm, ponta reta	Uni d.	Instrumental	26490	467875	80	38,67	3.093,60
16	Pinça dissecação, com dente de rato, 25 cm	Uni d.	Instrumental	26491	467999	100	23,71	2.371,00
17	Pinça dissecação anatômica,	Uni d.	Instrumental	26492	467747	100	44,80	4.480,00

	com serrilha, 25 cm							
18	Pinça dissecção com dente de rato, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26493	467992	200	50,00	10.000,0 0
19	Pinça dissecção anatômica, com serrilha, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26494	467747	200	28,89	5.778,00
20	Pinça dissecção com dente de rato, 16cm	Uni d.	Instrume ntal	26495	467996	200	37,64	7.528,00
21	Pinça dissecção anatômica, com serrilha, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26496	467745	200	23,41	4.682,00
22	Pinça dissecção com dente de rato, 14cm	Uni d.	Instrume ntal	26497	467996	200	20,38	4.076,00
23	Pinça dissecção anatômica, com serrilha, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26498	467745	200	19,56	3.912,00
24	Pinça dissecção (debakey), serrilha parcial, 25 cm	Uni d.	Instrume ntal	26499	468058	50	66,93	3.346,50
25	Pinça dissecção (debakey), serrilha parcial, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26500	468052	50	40,77	2.038,50
26	Pinça dissecção (debakey),	Uni d.	Instrume ntal	26501	468054	50	31,51	1.575,50

	serrilha parcial, 16 cm							
27	Pinça adson, com serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumental	26502	468017	150	33,10	4.965,00
28	Pinça adson, sem dente, 12 cm	Unid.	Instrumental	26503	468017	150	22,55	3.382,50
29	Cabo bisturi Nº 03	Unid.	Instrumental	26504	272821	200	12,54	2.508,00
30	Cabo bisturi Nº 07	Unid.	Instrumental	26505	288872	200	42,29	8.458,00
31	Aspirador Poole, reto, 24,5 cm	Unid.	Instrumental	26506	475257	100	172,03	17.203,00
32	Aspirador Yankauer	Unid.	Instrumental	26507	475261	100	132,16	13.216,00
33	Pinça Backhaus, 13 cm (para campo)	Unid.	Instrumental	26523	467869	300	34,54	10.362,00
34	Pinça Backhaus, 10 cm (para campo)	Unid.	Instrumental	26524	467868	150	26,33	3.949,50
35	Porta agulha Mayo-Hegar, 14 cm	Unid.	Instrumental	26525	471152	150	28,63	4.294,50
36	Porta agulha Mayo-Hegar, 16 cm	Unid.	Instrumental	26526	471152	150	45,97	6.895,50
37	Porta agulha Mayo-Hegar, 20 cm	Unid.	Instrumental	26527	471152	200	83,92	16.784,00
38	Porta agulha Mayo-Hegar, 25 cm	Unid.	Instrumental	26528	471152	60	171,33	10.279,80

39	Porta agulha Mayo-Hegar, 30 cm	Uni d.	Instrumetal	26529	471152	60	102,43	6.145,80
40	Porta Agulha Derf, com widea, 12 cm	Uni d.	Instrumetal	26530	471134	30	242,04	7.261,20
41	Porta Agulha Derf, com widea, 15 cm	Uni d.	Instrumetal	26531	471135	30	175,64	5.269,20
42	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26532	471169	50	175,96	8.798,00
43	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26533	471166	50	149,09	7.454,50
44	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26534	471152	50	150,72	7.536,00
45	Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 23 cm	Uni d.	Instrumetal	26535	471557	150	53,28	7.992,00
46	Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26559	471555	150	72,31	10.846,50
47	Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26560	471554	150	59,60	8.940,00
48	Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26561	471554	150	43,90	6.585,00
49	Tesoura Metzembraum-	Uni d.	Instrumetal	26562	471553	150	96,63	14.044,50

	Nelson, curva, 14 cm							
50	Tesoura Metzembraum- Nelson, reta, 23 cm	Uni d.	Instrume ntal	56563	471559	150	71,09	10.663,5 0
51	Tesoura Metzembraum- Nelson, reta, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26564	471547	150	64,60	9.690,00
52	Tesoura Metzembraum- Nelson, reta, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	26565	471546	150	83,90	12.585,0 0
53	Tesoura Metzembraum- Nelson, reta, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26566	471546	150	56,65	8.497,50
54	Tesoura Metzembraum- Nelson, reta, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26567	471545	150	42,32	6.348,00
55	Tesoura Mayo-Stille, reta, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26568	471494	150	67,63	10.144,5 0
56	Tesoura Mayo-Stille, reta, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	26569	471493	100	54,61	5.461,00
57	Tesoura Mayo-Stille, reta, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26570	471492	100	57,90	5.790,00
58	Tesoura Mayo-Stille, reta, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26571	471491	100	41,81	4.181,00
59	Tesoura Romba- Romba, reta, standart, 17 cm	Uni d.	Instrume ntal	26572	471467	80	28,30	2.264,00

60	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 20 cm	Unid.	Instrumental	26573	471468	80	32,28	2.582,40
61	Tesoura de Íris, fina-fina, reta, 12 cm	Unid.	Instrumental	26574	471570	80	23,51	1.880,80
62	Tesoura de Íris, fina-fina, curva, 12 cm	Unid.	Instrumental	5622	471570	80	20,33	1.626,40
63	Pinça allis, 5x6 dentes, 20 cm	Unid.	Instrumental	26577	467749	100	49,17	4.917,00
64	Pinça allis, 5x6 dentes, 15 cm	Unid.	Instrumental	26578	467750	200	40,14	8.028,00
65	Pinça Rochester Pean, curva, 24 cm	Unid.	Instrumental	26579	467820	90	85,18	7.666,20
66	Pinça Rochester Pean, curva, 18 cm	Unid.	Instrumental	26580	467819	90	45,51	4.095,90
67	Pinça Rochester Pean, reta, 24 cm	Unid.	Instrumental	26581	467815	90	67,74	6.096,60
68	Pinça Rochester Pean, reta, 18 cm	Unid.	Instrumental	26582	467814	90	51,11	4.599,90
69	Pinça Mixer-Baby, 14 cm	Unid.	Instrumental	26583	467788	50	47,32	2.366,00
70	Pinça Mixer, 23 cm, curva	Unid.	Instrumental	26584	467786	50	104,09	5.204,50
71	Pinça Kelly, curva, 16 cm	Unid.	Instrumental	26585	467839	300	47,74	14.322,00

72	Pinça Kelly, curva, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26586	467838	150	32,23	4.834,50
73	Pinça Kelly, reta, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26588	467834	200	32,82	6.564,00
74	Pinça Kelly, reta, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26589	467833	150	26,60	3.990,00
75	Pinça Halstead- Mosquito, curva, serrilha, 12 cm	Uni d.	Instrume ntal	26591	467857	200	35,58	7.116,00
76	Pinça Halstead- Mosquito, reta, serrilha, 12 cm	Uni d.	Instrume ntal	26593	467854	200	43,98	8.796,00
77	Serras de gigli 40 cm	Uni d.	Instrume ntal	26596	609098	500	11,05	5.525,00
78	Serras de gigli 50 cm	Uni d.	Instrume ntal	26597	609099	500	16,63	8.315,00
79	Cabo para serra de gigli	Uni d.	Instrume ntal	26598	482541	50	61,20	3.060,00
80	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 3mm, tam. 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26599	613414	15	1.817,45	27.261,7 5
81	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 5mm, tam. 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26600	468215	15	1.529,72	22.945,8 0
82	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	26601	468139	50	268,01	13.400,5 0
83	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26602	468140	50	507,78	25.389,0 0

84	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 18 cm	Unid.	Instrumental	26603	468141	50	335,35	16.767,50
85	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 16 cm	Unid.	Instrumental	26604	468142	50	675,72	33.786,00
86	Afastador Farabeuf 1,0 cm x 12 cm	Unid.	Instrumental	42892	474120	200	33,38	6.676,00
87	Afastador Farabeuf 2,0 cm x 15 cm	Unid.	Instrumental	31603	474121	200	36,62	7.324,00
88	Afastador Farabeuf 3,0 cm x 18 cm	Unid.	Instrumental	42894	474124	200	34,24	6.848,00
89	Afastador Farabeuf 0,7 cm x 10 cm	Unid.	Instrumental	32066	474118	200	30,75	6.150,00
90	Cânula para punção ventricular 1,5 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	76,46	2.293,80
91	Cânula para punção ventricular 2 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,60
92	Cânula para punção ventricular 3 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,60
93	Cânula para punção ventricular 4 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,00
94	Pinça love reta, 25 cm	Unid.	Instrumental	26609	473878	20	1.048,51	20.970,20

95	Pinça love reta, 20 cm	Unid.	Instrumental	26610	473878	20	1.048,51	20.970,20
96	Pinça Adson Protetora de dura-máter	Unid.	Instrumental	26611	468016	20	155,01	3.100,20
97	Descolador Olivercrona 20 cm	Unid.	Instrumental	26612	484383	15	105,34	1.580,10
98	Descolador Penfield nº01	Unid.	Instrumental	26613	484374	15	210,00	3.150,00
99	Descolador Freer, 18 cm	Unid.	Instrumental	26614	484361	60	126,17	7.570,20
100	Descolador Hurd, 22 cm	Unid.	Instrumental	26615	484370	15	119,75	1.796,25
101	Pinça Bipolar Baioneta fenestrada	Unid.	Instrumental	26616	607836	15	1.669,30	25.039,50
102	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 20 cm	Unid.	Instrumental	26618	473771	30	560,74	16.822,20
103	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 16 cm	Unid.	Instrumental	26619	473769	30	455,75	13.672,50
104	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 14 cm	Unid.	Instrumental	26620	473768	30	417,62	12.528,60
105	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 25 cm	Unid.	Instrumental	26621	473772	20	595,83	11.916,60
106	Pinça Raney, 20 cm	Unid.	Instrumental	26622	621911	15	608,75	9.131,25

107	Passador de serra de Gigli simples	Unid.	Instrumental	26623	482541	30	63,50	1.905,00
108	Espátula maleável delicadas	Unid.	Instrumental	20706	600955	50	56,26	2.813,00
109	Pinça Dandy para couro cabeludo, 14cm	Unid.	Instrumental	26707	467910	100	88,54	8.854,00
110	Clamps de Bakey, reto, 25 cm	Unid.	Instrumental	26708	482991	30	912,15	27.364,50
111	Clamps de Bakey, curvo, 25 cm	Unid.	Instrumental	26709	483190	30	793,68	23.810,04
112	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 2mm x 120mm	Unid.	Instrumental	26710	475368	60	129,29	7.757,40
113	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 3mm x 120mm	Unid.	Instrumental	26711	475366	60	112,08	6.724,80
114	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 4mm x 120mm	Unid.	Instrumental	26712	475368	60	112,41	6.744,60
115	Afastador Balfour Abdominal com válvula reta 70 X 100 mm	Unid.	Instrumental	35633	474074	20	919,56	18.391,20
116	Afastador Balfour Abdominal com válvula	Unid.	Instrumental	39041	474074	20	883,84	17.676,80

	curva 70 X 100 mm							
117	Pinça Babcock, 20 cm	Unid.	Instrumental	24721	467733	80	158,06	12.644,80
118	Pinça Babcock, 16 cm	Unid.	Instrumental	24722	467980	80	97,56	7.804,80
119	Pinça Duval-Collin, boca, 2,5 cm, 23 cm	Unid.	Instrumental	26724	467896	50	423,09	21.154,50
120	Pinça Duval, boca, 1,5 cm, 21 cm	Unid.	Instrumental	26725	467895	50	423,09	21.154,50
121	Pinça Pottsmith com widea, 18 cm	Unid.	Instrumental	novo	468084	20	256,65	5.133,00
122	Pinça Pozzi, reta, 25 cm	Unid.	Instrumental	26799	467764	30	62,96	1.888,80
123	Histeromêtro Collin, 28 cm	Unid.	Instrumental	26800	442460	30	111,37	3.341,10
124	Pinça Museux, reta, 24 cm	Unid.	Instrumental	26801	467943	30	113,43	3.402,90
125	Pinça Espanhola, 30 cm	Unid.	Instrumental	37745	467966	50	714,21	35.710,50
126	Pinça Espanhola, 20 cm	Unid.	Instrumental	26809	467964	50	390,46	19.523,00
127	Pinça Goiva Leksell (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumental	26811	600364	20	1.030,85	20.617,00
128	Pinça Goiva Jansen (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumental	26812	600356	20	1.185,67	23.713,40

129	Pinça Goiva Echlin (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumental	26788	600368	20	1.236,82	24.736,40
130	Pinça Goiva Stille (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumental	novo	600350	20	1.059,00	21.180,00
131	Pinça Semb, curva, 24 cm	Unid.	Instrumental	26772	467978	05	260,08	1.300,40
132	Pinça para Tubos Plásticos, 18 cm	Unid.	Instrumental	26813	467893	20	130,78	2.615,60
133	Cuba Retangular, em aço inox, 20x30 cm	Unid.	Instrumental	34798	439221	150	196,26	29.439,00
134	Bacia em aço inox, diâmetro 30 cm	Unid.	Instrumental	46491	469451	200	42,49	8.498,00
135	Gancho de gillies simples delicado 16 cm	Unid.	Instrumental	7507	471208	30	67,95	2.038,50
136	Porta Agulha para Fio de Aço	Unid.	Instrumental	26817	471175	30	147,52	4.425,60
137	Afastador Desmarres	Unid.	Instrumental	26746	473874	50	93,96	4.698,00
138	Descolador de Molt	Unid.	Instrumental	26778	466093	30	139,38	4.181,40
139	Afastador Senn Mueller 17 cm	Unid.	Instrumental	26822	473862	30	89,43	2.682,90
140	Pinça Rowe Esquerda 20 cm	Unid.	Instrumental	novo	467967	10	726,28	7.262,80

14 1	Afastador Minnesota	Uni d.	Instrume ntal	26782	314524	20	13,41	268,20
14 2	Afastador Henahan	Uni d.	Instrume ntal	26792	626472	10	136,03	1.360,30
14 3	Pinça Rowe Direita 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26823	467968	10	726,28	7.262,80
14 4	Pinça Satinski atraumática 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	31753	601040	30	700,35	21.010,5 0
14 5	Gancho de Barros	Uni d.	Instrume ntal	26783	483151	10	125,12	1.251,20
14 6	Tesoura de Potts, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	novo	471687	50	282,65	14.132,5 0
14 7	Tesoura de Potts, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26728	471686	50	282,65	14.132,5 0
14 8	Pinça Faure Uterina, 24 cm	Uni d.	Instrume ntal	novo	467796	10	123,95	1.239,50
14 9	Pinça Hartmann com serrilha, 09 cm	Uni d.	Instrume ntal	26826	474434	50	464,53	23.226,5 0
15 0	Pinça Hartmann com serrilha, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26827	474435	50	464,53	23.226,5 0
15 1	Pinça Hartmann com serrilha, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26828	474436	50	464,53	23.226,5 0
15 2	Pinça Hartmann, auricular, com ponta delicada, 12 cm	Uni d.	Instrume ntal	26829	474434	50	413,45	20.672,5 0

153	Pinça Schmidt, curva, 18 cm	Unid.	Instrumental	26831	467927	20	98,20	1.964,00
154	Faca de Beckman N.01	Unid.	Instrumental	26833	477667	15	100,99	1.514,85
155	Faca de Beckman N.02	Unid.	Instrumental	26834	477668	15	96,54	1.448,10
156	Faca de Beckman N.03	Unid.	Instrumental	26835	477669	15	93,59	1.403,85
157	Cabo bisturi Nº 04	Unid.	Instrumental	31630	299116	80	24,52	1.961,60
158	Bandeja lisa aço inox 22x12x1,5 cm	Unid.	Instrumental	33624	440155	100	43,78	4.378,00
159	Eletrodo faca para caneta de bisturi 2,38mm x 75mm ponta reta longa.	Unid.	Instrumental	39674	463003	200	54,37	10.874,00
160	Caneta Monopolar para bisturi elétrico, cabo de silicone, autoclavável, compatível com bisturi elétrico universal (comando pedal).	Unid.	Instrumental	33511	435593	200	340,68	68.136,00
161	Cabo da Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável, compatível com bisturi elétrico marca WEM.	Unid.	Instrumental	26787	438829	100	355,18	35.518,00
162	Pinça Coaguladora	Unid.	Instrumental	26793	485653	100	580,11	58.011,00

	Bipolar, autoclavável							
16 3	Cortador de Steiman – com vÍdea para fio de aço, 45 cm	Uni d	Instrume ntal	35646	477805	30	3.819,37	114.581, 10
16 4	Cortador de Steiman – com vÍdea para fio de aço, 30 cm	Uni d	Instrume ntal	novo	477805	30	2.511,23	75.336,9 0
16 5	Abaixador de LÍngua Brueningos, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	26840	629292	80	24,82	1.985,60
16 6	Martelo Mead, de percussão, 18,5 cm	Uni d.	Instrume ntal	26730	339046	10	133,59	1.335,90
16 7	Cinzel, reto, 3 mm x 15 cm	Uni d.	Instrume ntal	26754	627598	10	106,45	1.064,50
16 8	Cinzel, reto, 6 mm x 15 cm	Uni d.	Instrume ntal	26755	627597	10	111,83	1.118,30
16 9	Cinzel, reto, 8 mm x 15 cm	Uni d.	Instrume ntal	26756	601557	10	116,50	1.165,00
17 0	Cinzel, reto, 10 mm x 15 cm	Uni d.	Instrume ntal	26757	601557	10	120,16	1.201,60
17 1	Pinça para BiÓpsia auricular micro 8 cm curva	Uni d.	Instrume ntal	novo	605790	30	963,25	28.897,5 0
17 2	Pinça para BiÓpsia auricular micro 8 cm reta	Uni d.	Instrume ntal	novo	605790	30	963,25	28.897,5 0
-	Total estimado	-	-	-	-	-		1.835.73 9,45

1.2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 24.007/23.

1.2.2. O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/21.

1.3. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.2 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que atende a necessidades permanentes e prolongadas da entidade licitante, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando do Estudo Técnico Preliminar.

1.3.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.4. TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO À ME/EPP/MEI EM CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES PÚBLICAS

1.4.1. A Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens ou produtos de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, consoante disposto no art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.4.2. A Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.4.3. O benefício trazido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido.

1.4.4. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação.

1.4.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

1.4.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deve ocorrer pelo menor preço;

1.4.7. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º do Decreto Federal nº 8.538/15.

1.4.8. O vencedor da cota reservada poderá apresentar valor diferente da cota principal desde que seja vantajoso para a Administração Pública e que não ultrapasse o preço de referência (valor médio unitário) da pesquisa de preços, consoante art.10, inciso I do Decreto Federal nº 8.538/2015.

1.4.9. É vedada a aplicação dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor

estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º da Lei 14.133/2021;

1.4.10. Os benefícios aos quais se refere o caput do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, não serão estendidos a microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante demonstrar observância desse limite na licitação por meio de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

1.4.11. Assim, em atendimento ao disposto na legislação, após a inclusão do mapa comparativo de preços foi analisada a divisão de cotas às Microempresas - ME/MEI e Empresas de Pequeno Porte - EPP e será destinado o percentual de **10% do item 163.**

COTA PRINCIPAL

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	E-GOVERNE	CATMAT	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumental	35646	477805	27	3.819,37	103.122,99
-	Total estimado	-	-	-	-	-		103.122,99

COTA RESERVADA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	E-GOVERNE	CATMAT	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
2	Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumental	35646	477805	3	3.819,37	11.458,11
-	Total estimado	-	-	-	-	-		11.458,11

COTA EXCLUSIVA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	E-GOVERNE	CATMAT	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
3	Cuba retangular 30x40x4 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	26476	439218	100	119,01	11.901,00
4	Cuba redonda 15cm em aço inox	Unid.	Instrumental	26479	439205	150	13,00	1.950,00
5	Cuba redonda 8 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	26478	439207	150	12,38	1.857,00
6	Cuba Rim, em aço inox	Unid.	Instrumental	26815	482871	100	69,74	6.974,00
7	Pinça Cheron, 25 cm	Unid.	Instrumental	31746	467873	80	57,77	4.621,60
8	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumental	38980	467891	80	110,97	8.877,60
9	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumental	26482	467894	80	60,53	4.842,40
10	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumental	26483	467889	60	86,87	5.212,20
11	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumental	26484	467892	60	82,88	4.972,80
12	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instrumental	26485	467886	60	48,46	2.907,60

13	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instrumental	26486	467886	60	83,15	4.989,00
14	Pinça Collin, reta, 18 cm	Unid.	Instrumental	26487	467904	60	90,78	5.446,80
15	Pinça Collin, com ponta forma de anel, 16 cm	Unid.	Instrumental	26488	467897	60	103,69	6.221,40
16	Pinça Pean-Murphy, 16 cm, ponta reta	Unid.	Instrumental	26489	467876	80	50,53	4.042,40
17	Pinça Pean-Murphy, 14 cm, ponta reta	Unid.	Instrumental	26490	467875	80	38,67	3.093,60
18	Pinça dissecação, com dente de rato, 25 cm	Unid.	Instrumental	26491	467999	100	23,71	2.371,00
19	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumental	26492	467747	100	44,80	4.480,00
20	Pinça dissecação com dente de rato, 20 cm	Unid.	Instrumental	26493	467992	200	50,00	10.000,00
21	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumental	26494	467747	200	28,89	5.778,00
22	Pinça dissecação com dente de rato, 16cm	Unid.	Instrumental	26495	467996	200	37,64	7.528,00
23	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 16 cm	Unid.	Instrumental	26496	467745	200	23,41	4.682,00

24	Pinça dissecação com dente de rato, 14cm	Uni d.	Instrumetal	26497	467996	200	20,38	4.076,00
25	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26498	467745	200	19,56	3.912,00
26	Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 25 cm	Uni d.	Instrumetal	26499	468058	50	66,93	3.346,50
27	Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26500	468052	50	40,77	2.038,50
28	Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26501	468054	50	31,51	1.575,50
29	Pinça adson, com serrilha, 12 cm	Uni d.	Instrumetal	26502	468017	150	33,10	4.965,00
30	Pinça adson, sem dente, 12 cm	Uni d.	Instrumetal	26503	468017	150	22,55	3.382,50
31	Cabo bisturi Nº 03	Uni d.	Instrumetal	26504	272821	200	12,54	2.508,00
32	Cabo bisturi Nº 07	Uni d.	Instrumetal	26505	288872	200	42,29	8.458,00
33	Aspirador Poole, reto, 24,5 cm	Uni d.	Instrumetal	26506	475257	100	172,03	17.203,00
34	Aspirador Yankauer	Uni d.	Instrumetal	26507	475261	100	132,16	13.216,00
35	Pinça Backhaus, 13 cm (para campo)	Uni d.	Instrumetal	26523	467869	300	34,54	10.362,00

36	Pinça Backhaus, 10 cm (para campo)	Unid.	Instrumental	26524	467868	150	26,33	3.949,50
37	Porta agulha Mayo-Hegar, 14 cm	Unid.	Instrumental	26525	471152	150	28,63	4.294,50
38	Porta agulha Mayo-Hegar, 16 cm	Unid.	Instrumental	26526	471152	150	45,97	6.895,50
39	Porta agulha Mayo-Hegar, 20 cm	Unid.	Instrumental	26527	471152	200	83,92	16.784,00
40	Porta agulha Mayo-Hegar, 25 cm	Unid.	Instrumental	26528	471152	60	171,33	10.279,80
41	Porta agulha Mayo-Hegar, 30 cm	Unid.	Instrumental	26529	471152	60	102,43	6.145,80
42	Porta Agulha Derf, com widea, 12 cm	Unid.	Instrumental	26530	471134	30	242,04	7.261,20
43	Porta Agulha Derf, com widea, 15 cm	Unid.	Instrumental	26531	471135	30	175,64	5.269,20
44	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 20 cm	Unid.	Instrumental	26532	471169	50	175,96	8.798,00
45	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 16 cm	Unid.	Instrumental	26533	471166	50	149,09	7.454,50
46	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 14 cm	Unid.	Instrumental	26534	471152	50	150,72	7.536,00

47	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 23 cm	Uni d.	Instrumetal	26535	471557	150	53,28	7.992,00
48	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26559	471555	150	72,31	10.846,50
49	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26560	471554	150	59,60	8.940,00
50	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26561	471554	150	43,90	6.585,00
51	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26562	471553	150	93,63	14.044,50
52	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 23 cm	Uni d.	Instrumetal	56563	471559	150	71,09	10.663,50
53	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 20 cm	Uni d.	Instrumetal	26564	471547	150	64,60	9.690,00
54	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 18 cm	Uni d.	Instrumetal	26565	471546	150	83,90	12.585,00
55	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 16 cm	Uni d.	Instrumetal	26566	471546	150	56,65	8.497,50
56	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 14 cm	Uni d.	Instrumetal	26567	471545	150	42,32	6.348,00

57	Tesoura Mayo-Stille, reta, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26568	471494	150	67,63	10.144,50
58	Tesoura Mayo-Stille, reta, 18 cm	Uni d.	Instrumental	26569	471493	100	54,61	5.461,00
59	Tesoura Mayo-Stille, reta, 16 cm	Uni d.	Instrumental	26570	471492	100	57,90	5.790,00
60	Tesoura Mayo-Stille, reta, 14 cm	Uni d.	Instrumental	26571	471491	100	41,81	4.181,00
61	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 17 cm	Uni d.	Instrumental	26572	471467	80	28,30	2.264,00
62	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26573	471468	80	32,28	2.582,40
63	Tesoura de Íris, fina-fina, reta, 12 cm	Uni d.	Instrumental	26574	471570	80	23,51	1.880,80
64	Tesoura de Íris, fina-fina, curva, 12 cm	Uni d.	Instrumental	5622	471570	80	20,33	1.626,40
65	Pinça allis, 5x6 dentes, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26577	467749	100	49,17	4.917,00
66	Pinça allis, 5x6 dentes, 15 cm	Uni d.	Instrumental	26578	467750	200	40,14	8.028,00
67	Pinça Rochester Pean, curva, 24 cm	Uni d.	Instrumental	26579	467820	90	85,18	7.666,20
68	Pinça Rochester Pean, curva, 18 cm	Uni d.	Instrumental	26580	467819	90	45,51	4.095,90

69	Pinça Rochester Pean, reta, 24 cm	Unid.	Instrumental	26581	467815	90	67,74	6.096,60
70	Pinça Rochester Pean, reta, 18 cm	Unid.	Instrumental	26582	467814	90	51,11	4.599,90
71	Pinça Mixer-Baby, 14 cm	Unid.	Instrumental	26583	467788	50	47,32	2.366,00
72	Pinça Mixer, 23 cm, curva	Unid.	Instrumental	26584	467786	50	104,09	5.204,50
73	Pinça Kelly, curva, 16 cm	Unid.	Instrumental	26585	467839	300	47,74	14.322,00
74	Pinça Kelly, curva, 14 cm	Unid.	Instrumental	26586	467838	150	32,23	4.834,50
75	Pinça Kelly, reta, 16 cm	Unid.	Instrumental	26588	467834	200	32,82	6.564,00
76	Pinça Kelly, reta, 14 cm	Unid.	Instrumental	26589	467833	150	26,60	3.990,00
77	Pinça Halstead-Mosquito, curva, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumental	26591	467857	200	35,58	7.116,00
78	Pinça Halstead-Mosquito, reta, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumental	26593	467854	200	43,98	8.796,00
79	Serras de gigli 40 cm	Unid.	Instrumental	26596	609098	500	11,05	5.525,00
80	Serras de gigli 50 cm	Unid.	Instrumental	26597	609099	500	16,63	8.315,00
81	Cabo para serra de gigli	Unid.	Instrumental	26598	482541	50	61,20	3.060,00

82	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 3mm, tam. 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26599	613414	15	1.817,45	27.261 ,75
83	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 5mm, tam. 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	26600	468215	15	1.529,72	22.945 ,80
84	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	26601	468139	50	268,01	13.400 ,50
85	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26602	468140	50	507,78	25.389 ,00
86	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	26603	468141	50	335,35	16.767 ,50
87	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26604	468142	50	675,72	33.786 ,00
88	Afastador Farabeuf 1,0 cm x 12 cm	Uni d.	Instrume ntal	42892	474120	200	33,38	6.676, 00
89	Afastador Farabeuf 2,0 cm x 15 cm	Uni d.	Instrume ntal	31603	474121	200	36,62	7.324, 00
90	Afastador Farabeuf 3,0 cm x 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	42894	474124	200	34,24	6.848, 00
91	Afastador Farabeuf 0,7 cm x 10 cm	Uni d.	Instrume ntal	32066	474118	200	30,75	6.150, 00
92	Cânula para punção	Uni d.	Instrume ntal	novo	463249	30	76,46	2.293, 80

	ventricular 1,5 mm (starlet)							
93	Cânula para punção ventricular 2 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,60
94	Cânula para punção ventricular 3 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,60
95	Cânula para punção ventricular 4 mm (starlet)	Unid.	Instrumental	novo	463249	30	84,22	2.526,60
96	Pinça love reta, 25 cm	Unid.	Instrumental	26609	473878	20	1.048,51	20.970,20
97	Pinça love reta, 20 cm	Unid.	Instrumental	26610	473878	20	1.048,51	20.970,20
98	Pinça Adson Protetora de dura-máter	Unid.	Instrumental	26611	468016	20	155,01	3.100,20
99	Descolador Olivercrona 20 cm	Unid.	Instrumental	26612	484383	15	105,34	1.580,10
100	Descolador Penfield nº01	Unid.	Instrumental	26613	484374	15	210,00	3.150,00
101	Descolador Freer, 18 cm	Unid.	Instrumental	26614	484361	60	126,17	7.570,20
102	Descolador Hurd, 22 cm	Unid.	Instrumental	26615	484370	15	119,75	1.796,25
103	Pinça Bipolar Baioneta fenestrada	Unid.	Instrumental	26616	607836	15	1.669,30	25.039,50
104	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 20 cm	Unid.	Instrumental	26618	473771	30	560,74	16.822,20

105	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 16 cm	Uni d.	Instrumental	26619	473769	30	455,75	13.672,50
106	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 14 cm	Uni d.	Instrumental	26620	473768	30	417,62	12.528,60
107	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 25 cm	Uni d.	Instrumental	26621	473772	20	595,83	11.916,60
108	Pinça Raney, 20 cm	Uni d.	Instrumental	26622	621911	15	608,75	9.131,25
109	Passador de serra de Gigli simples	Uni d.	Instrumental	26623	482541	30	63,50	1.905,00
110	Espátula maleável delicadas	Uni d.	Instrumental	20706	600955	50	56,26	2.813,00
111	Pinça Dandy para couro cabeludo, 14cm	Uni d.	Instrumental	26707	467910	100	88,54	8.854,00
112	Clamps de Bakey, reto, 25 cm	Uni d.	Instrumental	26708	482991	30	912,15	27.364,50
113	Clamps de Bakey, curvo, 25 cm	Uni d.	Instrumental	26709	483190	30	793,68	23.810,04
114	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 2mm x 120mm	Uni d.	Instrumental	26710	475368	60	129,29	7.757,40
115	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 3mm x 120mm	Uni d.	Instrumental	26711	475366	60	112,08	6.724,80

11 6	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 4mm x 120mm	Uni d.	Instrume ntal	26712	475368	60	112,41	6.744, 60
11 7	Afastador Balfour Abdominal com válvula reta 70 X 100 mm	Uni d.	Instrume ntal	35633	474074	20	919,56	18.391 ,20
11 8	Afastador Balfour Abdominal com válvula curva 70 X 100 mm	Uni d.	Instrume ntal	39041	474074	20	883,84	17.676 ,80
11 9	Pinça Babcock, 20 cm	Uni d.	Instrume ntal	24721	467733	80	158,06	12.644 ,80
12 0	Pinça Babcock, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	24722	467980	80	97,56	7.804, 80
12 1	Pinça Duval-Collin, boca, 2,5 cm, 23 cm	Uni d.	Instrume ntal	26724	467896	50	423,09	21.154 ,50
12 2	Pinça Duval, boca, 1,5 cm, 21 cm	Uni d.	Instrume ntal	26725	467895	50	423,09	21.154 ,50
12 3	Pinça Potts-smith com wídea, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	novo	468084	20	256,65	5.133, 00
12 4	Pinça Pozzi, reta, 25 cm	Uni d.	Instrume ntal	26799	467764	30	62,96	1.888, 80
12 5	Histeromêtro Collin, 28 cm	Uni d.	Instrume ntal	26800	442460	30	111,37	3.341, 10
12 6	Pinça Museux, reta, 24 cm	Uni d.	Instrume ntal	26801	467943	30	113,43	3.402, 90

127	Pinça Espanhola, 30 cm	Unid.	Instrumental	37745	467966	50	714,21	35.710,50
128	Pinça Espanhola, 20 cm	Unid.	Instrumental	26809	467964	50	390,46	19.523,00
129	Pinça Goiva Leksell (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumental	26811	600364	20	1.030,85	20.617,00
130	Pinça Goiva Jansen (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumental	26812	600356	20	1.185,67	23.713,40
131	Pinça Goiva Echlin (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumental	26788	600368	20	1.236,82	24.736,40
132	Pinça Goiva Stille (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumental	novo	600350	20	1.059,00	21.180,00
133	Pinça Semb, curva, 24 cm	Unid.	Instrumental	26772	467978	05	260,08	1.300,40
134	Pinça para Tubos Plásticos, 18 cm	Unid.	Instrumental	26813	467893	20	130,78	2.615,60
135	Cuba Retangular, em aço inox, 20x30 cm	Unid.	Instrumental	34798	439221	150	196,26	29.439,00
136	Bacia em aço inox, diâmetro 30 cm	Unid.	Instrumental	46491	469451	200	42,49	8.498,00
137	Gancho de gilliss simples delicado 16 cm	Unid.	Instrumental	7507	471208	30	67,95	2.038,50

138	Porta Agulha para Fio de Aço	Unid.	Instrumental	26817	471175	30	147,52	4.425,60
139	Afastador Desmarres	Unid.	Instrumental	26746	473874	50	93,96	4.698,00
140	Descolador de Molt	Unid.	Instrumental	26778	466093	30	139,38	4.181,40
141	Afastador Senn Mueller 17 cm	Unid.	Instrumental	26822	473862	30	89,43	2.682,90
142	Pinça Rowe Esquerda 20 cm	Unid.	Instrumental	novo	467967	10	726,28	7.262,80
143	Afastador Minesota	Unid.	Instrumental	26782	314524	20	13,41	268,20
144	Afastador Henahan	Unid.	Instrumental	26792	626472	10	136,03	1.360,30
145	Pinça Rowe Direita 20 cm	Unid.	Instrumental	26823	467968	10	726,28	7.262,80
146	Pinça Satinski atraumática 20 cm	Unid.	Instrumental	31753	601040	30	700,35	21.010,50
147	Gancho de Barros	Unid.	Instrumental	26783	483151	10	125,12	1.251,20
148	Tesoura de Potts, 16 cm	Unid.	Instrumental	novo	471687	50	282,65	14.132,50
149	Tesoura de Potts, 20 cm	Unid.	Instrumental	26728	471686	50	282,65	14.132,50
150	Pinça Faure Uterina, 24 cm	Unid.	Instrumental	novo	467796	10	123,95	1.239,50
151	Pinça Hartmann com serrilha, 09 cm	Unid.	Instrumental	26826	474434	50	464,53	23.226,50

15 2	Pinça Hartmann com serrilha, 14 cm	Uni d.	Instrume ntal	26827	474435	50	464,53	23.226 ,50
15 3	Pinça Hartmann com serrilha, 16 cm	Uni d.	Instrume ntal	26828	474436	50	464,53	23.226 ,50
15 4	Pinça Hartmann, auricular, com ponta delicada, 12 cm	Uni d.	Instrume ntal	26829	474434	50	413,45	20.672 ,50
15 5	Pinça Schimdt, curva, 18 cm	Uni d.	Instrume ntal	26831	467927	20	98,20	1.964, 00
15 6	Faca de Beckman N.01	Uni d.	Instrume ntal	26833	477667	15	100,99	1.514, 85
15 7	Faca de Beckman N.02	Uni d.	Instrume ntal	26834	477668	15	96,54	1.448, 10
15 8	Faca de Beckman N.03	Uni d.	Instrume ntal	26835	477669	15	93,59	1.403, 85
15 9	Cabo bisturi Nº 04	Uni d.	Instrume ntal	31630	299116	80	24,52	1.961, 60
16 0	Bandeja lisa aço inox 22x12x1,5 cm	Uni d	Instrume ntal	33624	440155	100	43,78	4.378, 00
16 1	Eletrodo faca para caneta de bisturi 2,38mm x 75mm ponta reta longa.	Uni d	Instrume ntal	39674	463003	200	54,37	10.874 ,00
16 2	Caneta Monopolar para bisturi elétrico, cabo de silicone, autoclavável, compatível com bisturi elétrico universal	Uni d	Instrume ntal	33511	435593	200	340,68	68.136 ,00

	(comando pedal).							
163	Cabo da Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável, compatível com bisturi elétrico marca WEM.	Unid	Instrumental	26787	438829	100	355,18	35.518,00
164	Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável	Unid	Instrumental	26793	485653	100	580,11	58.011,00
165	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 30 cm	Unid	Instrumental	novo	477805	30	2.511,23	75.336,90
166	Abaixador de Língua Brueningos, 18 cm	Unid.	Instrumental	26840	629292	80	24,82	1.985,60
167	Martelo Mead, de percussão, 18,5 cm	Unid.	Instrumental	26730	339046	10	133,59	1.335,90
168	Cinzel, reto, 3 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26754	627598	10	106,45	1.064,50
169	Cinzel, reto, 6 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26755	627597	10	111,83	1.118,30
170	Cinzel, reto, 8 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26756	601557	10	116,50	1.165,00
171	Cinzel, reto, 10 mm x 15 cm	Unid.	Instrumental	26757	601557	10	120,16	1.201,60
172	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm curva	Unid.	Instrumental	novo	605790	30	963,25	28.897,50

173	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm reta	Uni d.	Instrumental	novo	605790	30	963,25	28.897,50
-	Total estimado	-	-	-	-	-		1.721.066,99

2. FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

O grupo de insumos a que chamamos de "Instrumental cirúrgico" refere-se ao conjunto de ferramentas e instrumentos utilizados durante procedimentos cirúrgicos e clínicos para facilitar a realização de tarefas como corte, dissecação, sutura, hemostasia, afastamento de tecidos, curativos, procedimentos e outros.

A importância do **instrumental cirúrgico** é fundamental para a segurança, eficácia e sucesso de qualquer procedimento médico. A seguir, os principais pontos que demonstram por que o instrumental cirúrgico é tão importante na assistência em saúde:

◆ 1. Precisão e Eficiência

Os instrumentos são desenhados para tarefas específicas (cortar, pinçar, suturar, afastar), permitindo que o cirurgião trabalhe com extrema precisão e rapidez. Isso reduz o tempo cirúrgico e melhora os resultados.

◆ 2. Segurança do Paciente

Instrumentos adequados e em boas condições minimizam os riscos de lesões acidentais, sangramentos excessivos e infecções. A esterilização adequada do instrumental também é essencial para evitar contaminações.

◆ 3. Controle do Campo Operatório

Pinças hemostáticas, afastadores e aspiradores mantêm o campo cirúrgico limpo e acessível, permitindo melhor visualização e manipulação das estruturas anatômicas.

◆ 4. Assistência à Equipe Cirúrgica

Um bom conjunto de instrumentais facilita o trabalho da equipe (cirurgião, instrumentador, enfermeiros), tornando o procedimento mais fluido, organizado e seguro.

◆ 5. Adaptabilidade para Cada Especialidade

que se adaptam às particularidades anatômicas e técnicas de cada procedimento.

◆ 6. Redução de Complicações Pós-Operatórias

O uso correto do instrumental ajuda a minimizar traumas teciduais, hemorragias e contaminações — fatores que impactam diretamente na recuperação do paciente.

◆ 7. Padronização e Treinamento

O uso padronizado dos instrumentais permite que equipes de saúde sejam treinadas de forma eficiente, garantindo maior segurança e previsibilidade nos procedimentos.

Cada área da cirurgia (ortopedia, ginecologia, neurocirurgia, etc.) possui instrumentos específicos,

Além disso, os instrumentais cirúrgicos são extremamente importante para realização de procedimento de menor complexidade, como curativos, sondagens, pequenos procedimentos e outros.

Desta forma, os instrumentais tornam-se indispensáveis para a boa assistência em saúde em todas as unidades de saúde vinculadas à GAH/DAE, especialmente os hospitais, UPAs, maternidades e ambulatorios.

Visando atender a demanda de todos os pontos de atendimento, no planejamento levou-se em consideração as quantidades necessárias bem como as peculiaridades de cada instrumental, vinculadas ao perfil de cada unidade.

Considerando que atualmente não há outro processo licitatório regular em andamento.

Considerando o processo de solicitação para aquisição de instrumentais cirúrgicos, SEI nº 00045.015869/2022-13, em anexo, onde a Ata encontra-se com vigência expirada.

Considerando a aquisição de instrumental específica para atender a demanda do HUT, SEI nº 00045.036612/2022-30, contratos nº 256, 259, 260, 261 e 262/2024, todos em anexo, com vigência até outubro de 2025.

Considerando o processo específico para aquisição de instrumentais para o Centro Cirúrgico do hospital do Dirceu, emergencial, SEI nº 00045.034460/2025-22, em fase de pesquisa preços.

Considerando a necessidade de se aumentar a quantidade de instrumentais cirúrgicos na Rede, bem como repor os itens que já encontram-se com seu uso comprometido.

Considerando a necessidade de se atender a demanda por instrumentais cirúrgicos para a Rede Municipal de Saúde, já que não há mais contratos vigentes, com exceção do HUT que possui vigência até outubro de 2025, faz-se necessário abertura de processo licitatório visando assegurar a disponibilidade dos itens para todas as unidades de saúde, tendo em vista que as pinças e os instrumentais cirúrgicos são de uso contínuo para diversas situações da prestação em saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de instrumentais cirúrgicos destinados às unidades de saúde vinculadas à GAH/DAE. Esses itens são indispensáveis à continuidade e à qualidade dos serviços públicos de saúde, razão pela qual sua reposição deve ocorrer de forma ágil e padronizada. Fundamentação para o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) Em virtude da utilização intensiva, das reposições frequentes e da possibilidade de novos serviços de saúde demandarem os mesmos equipamentos, a modalidade mais adequada é o Sistema de Registro de Preços (SRP), com respaldo:

- Art. 40, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 – previsão geral para objetos de contratação frequente ou permanente;
- Art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 25.627/2024 – autorização específica no âmbito municipal.

Vantagens do SRP para a Administração

Vantagens	Benefício concreto
Agilidade e economia	Dispensa novos certames para cada reposição, reduzindo prazos e custos administrativos.

Atendimento sob demanda	Aquisições ocorrem quando efetivamente necessárias, evitando excesso de estoque.
Padronização	Mesmas especificações técnicas para todas as unidades facilitando manutenção.
Melhores condições comerciais	Compras em escala possibilitam preços mais vantajosos e condições de pagamento favoráveis.
Eficiência na gestão orçamentária	Não exige reserva integral de dotação no início do exercício; as despesas são empenhadas conforme as ordens de fornecimento
Segurança jurídica	Ata de registro assegura base contratual estável para futuras aquisições dentro da vigência.

Exigências de garantia, manutenção e assistência técnica
Para assegurar funcionalidade contínua e vida útil dos equipamentos:

- Garantia contratual complementar à garantia legal, mínima de 12 meses, ou superior caso o fabricante ofereça prazo maior, contados do primeiro dia útil após o recebimento definitivo.
- Assistência técnica local, prestada por unidade situada em distância compatível com as necessidades operacionais da FMS, em consonância com o § 7º do art. 6º do Decreto Municipal nº 24.006/2023.

Conclusão

A contratação via SRP, combinada com as exigências de garantia estendida, manutenção corretiva e assistência técnica local, atende aos dispositivos legais mencionados e representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa para o interesse público, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

4. PARCELAMENTO DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de instrumentais cirúrgicos, todos equipamentos médicos com finalidades distintas e características técnicas específicas.

Diante disso, justifica-se tecnicamente o parcelamento do objeto por item, de forma a garantir maior eficiência na contratação e no atendimento às necessidades da Administração. O parcelamento do objeto está em conformidade com o disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o planejamento das contratações deve observar, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o princípio do parcelamento, com vistas à ampliação da concorrência e à obtenção da proposta mais vantajosa. A medida também está respaldada na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), a qual dispõe ser obrigatória a admissão da adjudicação por item, e não por preço global, em licitações cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto, nem perda de economicidade da escala. No presente caso, os itens são tecnicamente independentes e não exigem fornecimento conjunto, o que evidencia sua divisibilidade técnica e operacional. Sob o ponto de vista prático e econômico, o parcelamento proporciona diversas vantagens, como:

- Ampliação da competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em itens específicos, inclusive micro e pequenas empresas;

- Maior economicidade, ao evitar sobrepreço decorrente da composição de preços globais;
- Facilidade de gestão e controle, tanto no recebimento quanto na fiscalização e eventual substituição de itens com defeito ou inadequados;
- Aumento da efetividade da contratação, já que eventuais falhas ou atrasos podem ser isolados por item, sem comprometer a totalidade do fornecimento.

Dessa forma, o parcelamento do objeto da presente licitação não compromete a eficiência, a economicidade nem a execução contratual, ao contrário, contribui para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, alinhando-se aos princípios da legalidade, isonomia, ampla competitividade e interesse público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sem prejuízo dos demais requisitos da contratação dispostos nas respectivas seções do instrumento convocatório, os requisitos mínimos estão elencados abaixo:

5.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.1.1. A FMS será responsável pelo descarte correto dos resíduos de serviços de saúde, devendo atender a legislação pertinente e vigente, mormente a RDC 222/28-ANVISA.

5.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

5.2.1. A Fundação Municipal de Saúde, entidade Contratante, se reserva o direito de solicitar do licitante melhor classificado (arrematante), amostra(s) do(s) produto(s) ofertado(s) para fins de avaliação de conformidade de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência.

5.2.2. A licitante arrematante estará, inicialmente, dispensada de apresentar amostra do produto cotado para fins de análise de conformidade da proposta com as especificações e exigências solicitadas no edital, visto que esta verificação será efetuada através do catálogo apresentado junto à proposta.

5.2.3. Caso as especificações técnicas solicitadas não sejam comprovadas através do catálogo do produto cotado, poderá ser solicitado da empresa arrematante, amostra do produto cotado, a qual deverá ser entregue na Diretoria de Compras Públicas da FMS - DCP, situada na Rua 1º de Maio, 3006, bairro Aeroporto, Teresina-PI, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da convocação para a apresentação da amostra, sob pena de desclassificação;

5.2.4. As amostras apresentadas pelos licitantes deverão ser avaliadas por técnicos especializados designados pela Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.2.5. As amostras deverão ser apresentadas e identificadas da seguinte forma:

5.2.5.1. **Amostra para Análise:** além dos dados completos da referida amostra;

5.2.5.2. **Licitação:** número da licitação e do item a que se referem.

5.2.6. A (s) amostra(s) deverá(ão) estar na embalagem original do(s) produto(s);

5.2.7. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente, quando for o caso. Os licitantes deverão fazer constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas.

5.2.8. Os licitantes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão retirá-las, no mesmo local onde foram entregues, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da divulgação do resultado final do certame.

5.2.9. Os critérios para análise das amostras apresentadas será a verificação de conformidade destas com as especificações solicitadas no Termo de Referência.

5.2.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.2.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com

a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.2.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

5.2.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5.3 JUSTIFICATIVA PARA A POSSÍVEL EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.3.1. Considerando que a presente contratação tem por objeto o fornecimento de materiais médico-hospitalares — tais como pinças e instrumentais cirúrgicos — todos de uso técnico e essencial para a qualidade do atendimento à população, justifica-se a previsão, no edital, da possibilidade de exigência de amostras durante a fase de julgamento das propostas. A exigência de amostras encontra respaldo no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração, de forma excepcional e mediante justificativa técnica, solicitar amostras ou provas de conceito, desde que essa possibilidade esteja expressamente prevista no edital. No caso específico desta contratação, a solicitação de amostras não ocorrerá de forma automática, mas somente será aplicada ao licitante melhor classificado, e apenas quando as especificações técnicas do produto ofertado não forem comprovadas de forma suficiente por meio do catálogo técnico apresentado junto à proposta. Essa medida visa resguardar o interesse público e assegurar que os produtos contratados atendam de forma plena aos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, especialmente quanto à funcionalidade, segurança, durabilidade e compatibilidade com o uso profissional na rede pública de saúde.

Além disso, a apresentação de amostras possibilita a verificação prática das características físicas e funcionais dos equipamentos, contribuindo para a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração e mitigando riscos de fornecimento de produtos em desacordo com as especificações exigidas.

Dessa forma, a previsão da exigência de amostras, de forma justificada e restrita às hipóteses de insuficiência da documentação técnica apresentada, revela-se tecnicamente adequada e juridicamente amparada.

5.4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

5.4.1. Não poderão participar da licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio no certame se justifica diante da natureza do objeto a ser licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno porte e médio porte que, na sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade. Ademais, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, o que, não é o caso da presente contratação.

5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

5.5.1. No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente Termo de Referência e contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

5.6. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens onde não há vinculação à prestação de serviços acessórios.

5.7. REQUISITOS TÉCNICOS

ESPECIFICAÇÕES
Cuba retangular 30x40x4 cm em aço inox
Cuba redonda 15cm em aço inox
Cuba redonda 8 cm em aço inox
Cuba Rim, em aço inox
Pinça Cheron, 25 cm
Pinça Foerster, reta, com serrilha, 25 cm
Pinça Foerster, curva, com serrilha, 25 cm
Pinça Foerster, reta, com serrilha, 20 cm
Pinça Foerster, curva, com serrilha, 20 cm
Pinça Foerster, reta, com serrilha, 18 cm
Pinça Foerster, curva, com serrilha, 18 cm
Pinça Collin, reta, 18 cm
Pinça Collin, com ponta forma de anel, 16 cm
Pinça Pean-Murphy, 16 cm, ponta reta
Pinça Pean-Murphy, 14 cm, ponta reta

Pinça dissecação, com dente de rato, 25 cm
Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 25 cm
Pinça dissecação com dente de rato, 20 cm
Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 20 cm
Pinça dissecação com dente de rato, 16cm
Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 16 cm
Pinça dissecação com dente de rato, 14cm
Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 14 cm
Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 25 cm
Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 20 cm
Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 16 cm
Pinça adson, com serrilha, 12 cm
Pinça adson, sem dente, 12 cm
Cabo bisturi Nº 03
Cabo bisturi Nº 07
Aspirador Poole, reto, 24,5 cm
Aspirador Yankauer
Pinça Backhaus, 13 cm (para campo)
Pinça Backhaus, 10 cm (para campo)
Porta agulha Mayo-Hegar, 14 cm
Porta agulha Mayo-Hegar, 16 cm
Porta agulha Mayo-Hegar, 20 cm

Porta agulha Mayo-Hegar, 25 cm
Porta agulha Mayo-Hegar, 30 cm
Porta Agulha Derf, com widea, 12 cm
Porta Agulha Derf, com widea, 15 cm
Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 20 cm
Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 16 cm
Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 14 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 23 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 20 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 18 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 16 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 14 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 23 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 20 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 18 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 16 cm
Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 14 cm
Tesoura Mayo-Stille, reta, 20 cm
Tesoura Mayo-Stille, reta, 18 cm
Tesoura Mayo-Stille, reta, 16 cm
Tesoura Mayo-Stille, reta, 14 cm
Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 17 cm

Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 20 cm
Tesoura de Íris, fina-fina, reta, 12 cm
Tesoura de Íris, fina-fina, curva, 12 cm
Pinça allis, 5x6 dentes, 20 cm
Pinça allis, 5x6 dentes, 15 cm
Pinça Rochester Pean, curva, 24 cm
Pinça Rochester Pean, curva, 18 cm
Pinça Rochester Pean, reta, 24 cm
Pinça Rochester Pean, reta, 18 cm
Pinça Mixter-Baby, 14 cm
Pinça Mixter, 23 cm, curva
Pinça Kelly, curva, 16 cm
Pinça Kelly, curva, 14 cm
Pinça Kelly, reta, 16 cm
Pinça Kelly, reta, 14 cm
Pinça Halstead-Mosquito, curva, serrilha, 12 cm
Pinça Halstead-Mosquito, reta, serrilha, 12 cm
Serras de gigli 40 cm
Serras de gigli 50 cm
Cabo para serra de gigli
Pinça Kerrison Ang. P/ cima 3mm, tam. 20 cm
Pinça Kerrison Ang. P/ cima 5mm, tam. 20 cm

Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 18 cm
Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 16 cm
Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 18 cm
Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 16 cm
Afastador Farabeuf 1,0 cm x 12 cm
Afastador Farabeuf 2,0 cm x 15 cm
Afastador Farabeuf 3,0 cm x 18 cm
Afastador Farabeuf 0,7 cm x 10 cm
Cânula para punção ventricular 1,5 mm (starlet)
Cânula para punção ventricular 2 mm (starlet)
Cânula para punção ventricular 3 mm (starlet)
Cânula para punção ventricular 4 mm (starlet)
Pinça love reta, 25 cm
Pinça love reta, 20 cm
Pinça Adson Protetora de dura-máter
Descolador Olivercrona 20 cm
Descolador Penfield nº01
Descolador Freer, 18 cm
Descolador Hurd, 22 cm
Pinça Bipolar Baioneta fenestrada
Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 20 cm
Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 16 cm

Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 14 cm
Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 25 cm
Pinça Raney, 20 cm
Passador de serra de Gigli simples
Espátula maleável delicadas
Pinça Dandy para couro cabeludo, 14cm
Clamps de Bakey, reto, 25 cm
Clamps de Bakey, curvo, 25 cm
Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 2mm x 120mm
Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 3mm x 120mm
Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 4mm x 120mm
Afastador Balfour Abdominal com válvula reta 70 X 100 mm
Afastador Balfour Abdominal com válvula curva 70 X 100 mm
Pinça Babcock, 20 cm
Pinça Babcock, 16 cm
Pinça Duval-Collin, boca, 2,5 cm, 23 cm
Pinça Duval, boca, 1,5 cm, 21 cm
Pinça Potts-smith com wídea, 18 cm
Pinça Pozzi, reta, 25 cm
Histeromêtro Collin, 28 cm
Pinça Museux, reta, 24 cm
Pinça Espanhola, 30 cm

Pinça Espanhola, 20 cm
Pinça Goiva Leksell (Biarticulada), 24 cm
Pinça Goiva Jansen (Biarticulada), 23 cm
Pinça Goiva Echlin (Biarticulada), 23 cm
Pinça Goiva Stille (Biarticulada), 24 cm
Pinça Semb, curva, 24 cm
Pinça para Tubos Plásticos, 18 cm
Cuba Retangular, em aço inox, 20x30 cm
Bacia em aço inox, diâmetro 30 cm
Gancho de gillis simples delicado 16 cm
Porta Agulha para Fio de Aço
Afastador Desmarres
Descolador de Molt
Afastador Senn Mueller 17 cm
Pinça Rowe Esquerda 20 cm
Afastador Minesota
Afastador Henahan
Pinça Rowe Direita 20 cm
Pinça Satinski atraumática 20 cm
Gancho de Barros
Tesoura de Potts, 16 cm
Tesoura de Potts, 20 cm

Pinça Faure Uterina, 24 cm
Pinça Hartmann com serrilha, 09 cm
Pinça Hartmann com serrilha, 14 cm
Pinça Hartmann com serrilha, 16 cm
Pinça Hartmann, auricular, com ponta delicada, 12 cm
Pinça Schmidt, curva, 18 cm
Faca de Beckman N.01
Faca de Beckman N.02
Faca de Beckman N.03
Cabo bisturi Nº 04
Bandeja lisa aço inox 22x12x1,5 cm
Eletrodo faca para caneta de bisturi 2,38mm x 75mm ponta reta longa.
Caneta Monopolar para bisturi elétrico, cabo de silicone, autoclavável, compatível com bisturi elétrico universal (comando pedal).
Cabo da Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável, compatível com bisturi elétrico marca WEM.
Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável
Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 45 cm
Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 30 cm
Abaixador de Língua Brueningos, 18 cm
Martelo Mead, de percussão, 18,5 cm
Cinzel, reto, 3 mm x 15 cm
Cinzel, reto, 6 mm x 15 cm
Cinzel, reto, 8 mm x 15 cm

Cinzel, reto, 10 mm x 15 cm
Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm curva
Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm reta

6. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

6.1.1 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual nas contratações públicas é facultativa, ficando a critério da autoridade competente e condicionada à previsão expressa no edital, bem como à análise da complexidade técnica, do risco envolvido na contratação e do custo administrativo decorrente da exigência.

6.1.2 No presente caso, trata-se de aquisição pontual de bens duráveis e padronizados — instrumentais cirúrgicos —, todos amplamente disponíveis no mercado e com risco reduzido de inadimplemento, considerando a natureza do objeto e o seu fornecimento de forma imediata e integral. A operação é de baixa complexidade técnica e não se configura como fornecimento continuado ou obra/serviço de engenharia, o que afasta a hipótese de obrigatoriedade de garantia, conforme também prevê o art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3 Por fim, ressalta-se que o risco de descumprimento contratual pode ser mitigado por outros meios de controle que serão previstos no edital e no contrato, como o pagamento apenas após a entrega dos produtos e sua aceitação definitiva, bem como a aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inadimplemento.

6.1.4 Diante do exposto, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de contratação de baixo risco, pontual, de objeto padronizado e amplamente disponível, o que está plenamente respaldado pelo disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de Entrega

7.1.1. Os produtos serão entregues em remessas parceladas, de acordo com as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Teresina.

7.1.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho.

7.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.4. A entrega do objeto será feita, em dias úteis, de 7:30 às 13:30h, no Núcleo de Patrimônio da FMS - NUPA, situado na Av. Barão de Gurguéia, nº 2933, telefone (86) 3218-5724, bairro Tabuleta, Teresina-PI, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

7.1.5. O objeto deverá ser entregue em sua embalagem original contendo as indicações de marca, fabricante/produtor, procedência e manual de uso e garantia.

7.1.6. Os produtos em desacordo com a Proposta da Contratada serão rejeitados pela FMS/PMT, obrigando-se o fornecedor a repor no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da comunicação pela Contratante.

7.1.7. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da Contratada.

7.1.8. A Contratada deverá emitir guias de remessas informatizadas, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da Contratante, endereço completo, equipamento/material que está sendo entregue, unidade e quantidade. Deverá conter, também, data e assinatura do recebedor com carimbo e assinatura do prestador do serviço.

7.1.9. A Contratante emitirá Nota de Empenho, na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item licitado.

7.1.10. Os produtos não devem ser estocados próximos a gás liquefeito de petróleo e outros produtos potencialmente tóxicos para evitar a contaminação ou impregnação de odores indesejáveis.

7.1.11. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma adequada à sua conservação, em embalagens de fábrica, lacrados pelo fabricante e transportados em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias.

7.1.12. Os técnicos ou empregados da Contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados com uniforme e/ou crachás, desde que nos crachás contenham identificação da empresa e do funcionário, bem como fica proibido que seu pessoal fique circulando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho.

7.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

7.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deverá de, no mínimo, 1 ano ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Tal garantia faz-se necessário, tendo em vista que a licitação será realizada na forma de Sistema de Registro de Preços e os produtos serão adquiridos de acordo com as necessidades do setor requisitante.

7.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.2.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.2.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias, as expensas da contratada

7.2.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.2.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.2.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.2.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório

pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.2.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.2.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.2.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7.2.13. A assistência técnica e os serviços de manutenção deverão ser prestados por unidade localizada em distância compatível com as necessidades operacionais da Administração, de modo a garantir agilidade, eficiência e atendimento dentro dos prazos estipulados nesta cláusula.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.1.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei 14.133/21.

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

9.1.8. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.1.9. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.14. Realizar pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

9.1.15. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado de documentação fiscal, respectivo termo de garantia do fabricante, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento;

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4. Comunicar ao contratante, com pelo menos 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus

anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/21);

9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21);

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21.

9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.2.18. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

9.2.19. Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

9.2.20. Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

9.2.21. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

9.2.22. Dar garantia dos produtos, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

9.2.23. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, as obrigações contratuais, sem prévia e expressa anuência da contratante;

9.2.24. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;

9.2.25. Responder pelos compromissos assumidos com terceiros, vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.2.26. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.2.27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.2.28. Realizar capacitações e treinamentos, quando solicitado pela Contratante, visando bem operacionalizar os materiais e equipamentos, caso necessário.

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

10.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, no local e endereço indicados neste Termo de Referência.

10.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10.1.8. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da Contratada.

10.1.9. Todos os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem original da fábrica, contendo externamente dados do fabricante e conteúdo da embalagem. Os rótulos/instruções de uso/manual, com todas as informações sobre os produtos deverão ser em língua portuguesa.

10.1.10. Os produtos não devem ser estocados próximos a gás liquefeito de petróleo e outros produtos potencialmente tóxicos para evitar a contaminação ou impregnação de odores indesejáveis.

10.1.11. O produto a ser entregue deverá atender ao disposto na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

10.2. LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Registro Cadastral ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Registro Cadastral para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao Sistema de Registro Cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sistema de Registro Cadastral.

10.3. PAGAMENTO

10.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado, preferencialmente, na instituição financeira Banco do Brasil S.A.

10.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

10.3.2.1. Cópia legível do empenho;

10.3.2.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto ou serviço à Contratante, sanadas as irregularidades constatadas.

10.3.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

10.3.2.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

10.3.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.3.2.6. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

10.3.3. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de

processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

10.3.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

10.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

10.3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.3.8. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.3.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

10.3.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

10.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.3.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, quer seja, a data em que os dados de pesquisa de preço serão juntados aos autos do processo de contratação.

11.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula, consoante art. 5º do Decreto Federal nº 1.054/94:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto no Decreto Municipal nº 25.627/24.

11.10. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

11.10.1. convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

11.10.2. frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido;

11.10.3. convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.11.1. liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

11.11.2. convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.12. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A utilização do Sistema de Registro de Preços para a licitação do objeto deste Termo de Referência visa ao cumprimento do disposto no art. 40, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 25.627/2024, que autoriza sua adoção nos casos em que, pelas características do objeto, haja necessidade de contratações frequentes ou permanentes.

12.2. A adoção do SRP traz à Administração as seguintes vantagens:
a) Atendimento dinâmico e eficiente de demandas imprevisíveis, inclusive para reposição de equipamentos inservíveis e expansão de novos serviços de saúde;
b) Desnecessidade de reserva orçamentária prévia para todos os itens, permitindo planejamento financeiro mais flexível;

c) Redução do volume de estoques e prevenção contra perdas e obsolescência de materiais;

d) Diminuição do número de processos licitatórios, gerando economia administrativa;

e) Padronização dos itens adquiridos e obtenção de melhores condições comerciais, com maior eficiência na gestão dos recursos públicos;

f) Segurança jurídica e administrativa nas aquisições futuras, em conformidade com a legislação vigente.

13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido na Legislação Municipal.

13.1.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.1.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador.

13.1.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto na Legislação Municipal.

13.1.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do órgão gerenciador.

13.1.6. O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Registro de Preços, dentro da vigência da Ata, limitado a

50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

13.1.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.1.8. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo órgão gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções:

a) Qualquer ato que o Órgão Carona cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório – Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro;

b) O Órgão Carona fará o contrato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação;

13.1.9. A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias após a autorização, observando o prazo de vigência da ata.

13.2. DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.2.1. Compete ao órgão gerenciador:

13.2.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

13.2.1.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

13.2.1.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

13.2.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

13.2.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

13.3 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

13.3.1. O fornecedor do bem/serviço poderá ter seu registro de preços cancelado quando:

13.3.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata;

13.3.1.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.3.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; ou

13.3.2. O cancelamento dos registros, nas hipóteses previstas nos itens 13.3.1. e 13.3.2, será formalizado por despacho do Órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa.

13.3.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

13.3.3.1. Por razão de interesse público; ou

13.3.3.2. A pedido do fornecedor.

13.4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

13.4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

13.4.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

13.5. DA REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.5.1. A Administração poderá revisar e/ou atualizar os preços registrados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados e mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 25 e 26 do Decreto Municipal nº 25.627/24..

13.5.2. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

13.5.3. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

13.5.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.5.5. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.5.6. Na hipótese prevista no item 13.5.5. o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

13.5.7. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627/24 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

13.5.8. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

13.5.9. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.5.10. Para fins do disposto no item 13.5.9., o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.5.11. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e na legislação aplicável.

13.5.12. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 16.5.11., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.5.13. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.5.14. Na hipótese de comprovação do disposto no item 13.5.9., o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156,§ 2º, da Lei nº 14.133/21);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

d) **Multa:**

- 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;
- 2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;
- 2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei 14.133/21).

14.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7, da Lei 14.133/21).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133 de 2021). 18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo

Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art.156, §8º, da Lei nº 14.133 de 2021).

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito com o Contratado, observados em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133 de 2021).

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CNEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art.161, da Lei nº 14.133/21).

14.13. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13/04/2022.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.15.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do *caput* do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.4. As alterações previstas neste item do Termo de Referência serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Registro de Preços.

16.1.2. O julgamento das propostas será realizado com o critério de MENOR PREÇO, POR ITEM.

16.1.3 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, a ser fixado no instrumento convocatório.

16.1.4. Os valores que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), nesta fase, serão desclassificados.

16.1.5. É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

16.1.6. A proposta deverá conter:

16.1.6.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

16.1.6.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

16.1.7. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à DCP/FMS, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado.

16.1.8. A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

16.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

16.2.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO.

16.2.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

16.2.3. As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

16.2.4. É indispensável o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade.

16.2.5. A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

16.2.6. O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

16.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá a empresa licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.3.1. Habilitação Jurídica

16.3.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.3.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.3.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.3.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

16.3.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.3.1.8. Inexistência de Vínculo com a Contratante: Declaração expressa do licitante informando que nenhum de seus sócios, administradores, gerentes ou responsáveis legais possui vínculo empregatício, estatutário, comissionado ou de qualquer outra natureza com a Fundação Municipal de Saúde (FMS), em conformidade com o disposto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.3.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.3.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/06, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

16.3.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 23.847, de 2023), ou de sociedade simples;

16.3.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

16.3.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

16.3.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

16.3.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

16.3.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

16.3.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16.3.4. Qualificação Técnica

16.3.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

16.3.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

16.3.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.3.4.5. Licença Sanitária para comercialização e venda de material médico-hospitalar, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o caso.

16.3.4.6. Alvará de funcionamento emitido pela ANVISA.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O valor estimado total da contratação será indicado pela GECOM/DCP: [14594496](#)

Valor total estimado:

R\$ 1.835.739,45 (um milhão oitocentos e trinta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A adequação orçamentária indicada pelo NUOREM/DAF: [14635586](#)

Despesa: .3.3.90.30

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde.

Ação Programática: 2 . 570 - Gestão e Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina.

Ação Programática: 4 . 133 - Gestão e Manutenção das Unidades da Atenção Especializada - Rede Própria.

Fontes de Recursos:

1600115 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

1659119 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Serviços de Saúde.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.3. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

19.4. É facultado à Administração, nos termos do art. 59, §2º e art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

19.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Termo de Referência e do Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

19.7. Os casos omissos serão submetidos a parecer da Assessoria Jurídica - AJU-FMS e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal n.º 25.627/24 e demais legislação vigente.

19.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes da aplicação deste Termo de Referência.

Documento assinado eletronicamente por **Roberta Berté, Enfermeira**, em 20/05/2026, às 11:57, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Eronice Ribeiro de Moraes Araújo, Gerente de Assistência Hospitalar**, em 20/05/2026, às 12:28, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Gina Nogueira Matias, Diretora de Atenção Especializada**, em 21/05/2026, às 12:39, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Leopoldina Cipriano Feitosa, Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, em 21/05/2026, às 13:53, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Referência: Processo nº 00045.043995/2025-15 SEI nº 15408716

Rua Gov. Artur Vasconcelos, 3015 - Bairro Aeroporto - - CEP 64002-530 - Teresina - PI
- <http://fms.teresina.pi.gov.br/>

ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

A:

A/C: Sr.

Prezado Coordenador, apresentamos a nossa proposta para aquisição de (xxxxx) conforme descrição constante do Anexo I do Termo de Referência, e seus anexos, pelo(s) valor(es) abaixo especificado(s):

COTA PRINCIPAL

Ite m	ESPECIFICAÇÃO S	UNID .	TIPO	ESTIMATI VA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 45 cm	Unid	Instru- men- tal	27			

COTA RESERVADA

Ite m	ESPECIFICAÇÃO S	UNID .	TIPO	ESTIMATI VA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
2	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 45 cm	Unid	Instru- menta- l	3			

COTA EXCLUSIVA

Ite m	ESPECIFICAÇÃO S	UNID .	TIPO	ESTIMATI VA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
3	Cuba retangular 30x40x4 cm em aço inox	Unid.	Instru- men- tal	100			
4	Cuba redonda 15cm em aço inox	Unid.	Instru- men- tal	150			

5	Cuba redonda 8 cm em aço inox	Unid.	Instr umental	150			
6	Cuba Rim, em aço inox	Unid.	Instr umental	100			
7	Pinça Cheron, 25 cm	Unid.	Instr umental	80			
8	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instr umental	80			
9	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instr umental	80			
10	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instr umental	60			
11	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instr umental	60			
12	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instr umental	60			
13	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instr umental	60			
14	Pinça Collin, reta, 18 cm	Unid.	Instr umental	60			
15	Pinça Collin, com ponta forma de anel, 16 cm	Unid.	Instr umental	60			
16	Pinça Pean-Murphy, 16 cm, ponta reta	Unid.	Instr umental	80			
17	Pinça Pean-Murphy, 14 cm, ponta reta	Unid.	Instr umental	80			
18	Pinça dissecação, com dente de rato, 25 cm	Unid.	Instr umental	100			
19	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instr umental	100			
20	Pinça dissecação com dente de rato, 20 cm	Unid.	Instr umental	200			

21	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instr umental	200			
22	Pinça dissecação com dente de rato, 16cm	Unid.	Instr umental	200			
23	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 16 cm	Unid.	Instr umental	200			
24	Pinça dissecação com dente de rato, 14cm	Unid.	Instr umental	200			
25	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 14 cm	Unid.	Instr umental	200			
26	Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 25 cm	Unid.	Instr umental	50			
27	Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 20 cm	Unid.	Instr umental	50			
28	Pinça dissecação (debakey), serrilha parcial, 16 cm	Unid.	Instr umental	50			
29	Pinça adson, com serrilha, 12 cm	Unid.	Instr umental	150			
30	Pinça adson, sem dente, 12 cm	Unid.	Instr umental	150			
31	Cabo bisturi Nº 03	Unid.	Instr umental	200			
32	Cabo bisturi Nº 07	Unid.	Instr umental	200			
33	Aspirador Poole, reto, 24,5 cm	Unid.	Instr umental	100			
34	Aspirador Yankauer	Unid.	Instr umental	100			
35	Pinça Backhaus, 13 cm (para campo)	Unid.	Instr umental	300			
36	Pinça Backhaus, 10 cm (para campo)	Unid.	Instr umental	150			

37	Porta agulha Mayo-Hegar, 14 cm	Unid.	Instr umental	150			
38	Porta agulha Mayo-Hegar, 16 cm	Unid.	Instr umental	150			
39	Porta agulha Mayo-Hegar, 20 cm	Unid.	Instr umental	200			
40	Porta agulha Mayo-Hegar, 25 cm	Unid.	Instr umental	60			
41	Porta agulha Mayo-Hegar, 30 cm	Unid.	Instr umental	60			
42	Porta Agulha Derf, com widea, 12 cm	Unid.	Instr umental	30			
43	Porta Agulha Derf, com widea, 15 cm	Unid.	Instr umental	30			
44	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 20 cm	Unid.	Instr umental	50			
45	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 16 cm	Unid.	Instr umental	50			
46	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 14 cm	Unid.	Instr umental	50			
47	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 23 cm	Unid.	Instr umental	150			
48	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 20 cm	Unid.	Instr umental	150			
49	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 18 cm	Unid.	Instr umental	150			
50	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 16 cm	Unid.	Instr umental	150			

51	Tesoura Metzembraum-Nelson, curva, 14 cm	Unid.	Instr umental	150			
52	Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 23 cm	Unid.	Instr umental	150			
53	Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 20 cm	Unid.	Instr umental	150			
54	Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 18 cm	Unid.	Instr umental	150			
55	Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 16 cm	Unid.	Instr umental	150			
56	Tesoura Metzembraum-Nelson, reta, 14 cm	Unid.	Instr umental	150			
57	Tesoura Mayo-Stille, reta, 20 cm	Unid.	Instr umental	150			
58	Tesoura Mayo-Stille, reta, 18 cm	Unid.	Instr umental	100			
59	Tesoura Mayo-Stille, reta, 16 cm	Unid.	Instr umental	100			
60	Tesoura Mayo-Stille, reta, 14 cm	Unid.	Instr umental	100			
61	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 17 cm	Unid.	Instr umental	80			
62	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 20 cm	Unid.	Instr umental	80			
63	Tesoura de Íris, fina-fina, reta, 12 cm	Unid.	Instr umental	80			
64	Tesoura de Íris, fina-fina, curva, 12 cm	Unid.	Instr umental	80			
65	Pinça allis, 5x6 dentes, 20 cm	Unid.	Instr umental	100			

66	Pinça allis, 5x6 dentes, 15 cm	Unid.	Instr umental	200			
67	Pinça Rochester Pean, curva, 24 cm	Unid.	Instr umental	90			
68	Pinça Rochester Pean, curva, 18 cm	Unid.	Instr umental	90			
69	Pinça Rochester Pean, reta, 24 cm	Unid.	Instr umental	90			
70	Pinça Rochester Pean, reta, 18 cm	Unid.	Instr umental	90			
71	Pinça Mixter-Baby, 14 cm	Unid.	Instr umental	50			
72	Pinça Mixter, 23 cm, curva	Unid.	Instr umental	50			
73	Pinça Kelly, curva, 16 cm	Unid.	Instr umental	300			
74	Pinça Kelly, curva, 14 cm	Unid.	Instr umental	150			
75	Pinça Kelly, reta, 16 cm	Unid.	Instr umental	200			
76	Pinça Kelly, reta, 14 cm	Unid.	Instr umental	150			
77	Pinça Halstead-Mosquito, curva, serrilha, 12 cm	Unid.	Instr umental	200			
78	Pinça Halstead-Mosquito, reta, serrilha, 12 cm	Unid.	Instr umental	200			
79	Serras de gigli 40 cm	Unid.	Instr umental	500			
80	Serras de gigli 50 cm	Unid.	Instr umental	500			
81	Cabo para serra de gigli	Unid.	Instr umental	50			

82	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 3mm, tam. 20 cm	Unid.	Instr umen tal	15			
83	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 5mm, tam. 20 cm	Unid.	Instr umen tal	15			
84	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 18 cm	Unid.	Instr umen tal	50			
85	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 16 cm	Unid.	Instr umen tal	50			
86	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 18 cm	Unid.	Instr umen tal	50			
87	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 16 cm	Unid.	Instr umen tal	50			
88	Afastador Farabeuf 1,0 cm x 12 cm	Unid.	Instr umen tal	200			
89	Afastador Farabeuf 2,0 cm x 15 cm	Unid.	Instr umen tal	200			
90	Afastador Farabeuf 3,0 cm x 18 cm	Unid.	Instr umen tal	200			
91	Afastador Farabeuf 0,7 cm x 10 cm	Unid.	Instr umen tal	200			
92	Cânula para punção ventricular 1,5 mm (starlet)	Unid.	Instr umen tal	30			
93	Cânula para punção ventricular 2 mm (starlet)	Unid.	Instr umen tal	30			
94	Cânula para punção ventricular 3 mm (starlet)	Unid.	Instr umen tal	30			
95	Cânula para punção ventricular 4 mm (starlet)	Unid.	Instr umen tal	30			
96	Pinça love reta, 25 cm	Unid.	Instr umen tal	20			
97	Pinça love reta, 20 cm	Unid.	Instr umen tal	20			

98	Pinça Adson Protetora de duramáter	Unid.	Instrumental	20			
99	Descolador Olivercrona 20 cm	Unid.	Instrumental	15			
100	Descolador Penfield nº01	Unid.	Instrumental	15			
101	Descolador Freer, 18 cm	Unid.	Instrumental	60			
102	Descolador Hurd, 22 cm	Unid.	Instrumental	15			
103	Pinça Bipolar Baioneta fenestrada	Unid.	Instrumental	15			
104	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 20 cm	Unid.	Instrumental	30			
105	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 16 cm	Unid.	Instrumental	30			
106	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 14 cm	Unid.	Instrumental	30			
107	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 25 cm	Unid.	Instrumental	20			
108	Pinça Raney, 20 cm	Unid.	Instrumental	15			
109	Passador de serra de Gigli simples	Unid.	Instrumental	30			
110	Espátula maleável delicadas	Unid.	Instrumental	50			
111	Pinça Dandy para couro cabeludo, 14cm	Unid.	Instrumental	100			

112	Clamps de Bakey, reto, 25 cm	Unid.	Instr umental	30			
113	Clamps de Bakey, curvo, 25 cm	Unid.	Instr umental	30			
114	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 2mm x 120mm	Unid.	Instr umental	60			
115	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 3mm x 120mm	Unid.	Instr umental	60			
116	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 4mm x 120mm	Unid.	Instr umental	60			
117	Afastador Balfour Abdominal com válvula reta 70 X 100 mm	Unid.	Instr umental	20			
118	Afastador Balfour Abdominal com válvula curva 70 X 100 mm	Unid.	Instr umental	20			
119	Pinça Babcock, 20 cm	Unid.	Instr umental	80			
120	Pinça Babcock, 16 cm	Unid.	Instr umental	80			
121	Pinça Duval-Collin, boca, 2,5 cm, 23 cm	Unid.	Instr umental	50			
122	Pinça Duval, boca, 1,5 cm, 21 cm	Unid.	Instr umental	50			
123	Pinça Potts-smith com wídea, 18 cm	Unid.	Instr umental	20			
124	Pinça Pozzi, reta, 25 cm	Unid.	Instr umental	30			
125	Histeromêtro Collin, 28 cm	Unid.	Instr umental	30			

126	Pinça Museux, reta, 24 cm	Unid.	Instr umen tal	30			
127	Pinça Espanhola, 30 cm	Unid.	Instr umen tal	50			
128	Pinça Espanhola, 20 cm	Unid.	Instr umen tal	50			
129	Pinça Goiva Leksell (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instr umen tal	20			
130	Pinça Goiva Jansen (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instr umen tal	20			
131	Pinça Goiva Echlin (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instr umen tal	20			
132	Pinça Goiva Stille (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instr umen tal	20			
133	Pinça Semb, curva, 24 cm	Unid.	Instr umen tal	05			
134	Pinça para Tubos Plásticos, 18 cm	Unid.	Instr umen tal	20			
135	Cuba Retangular, em aço inox, 20x30 cm	Unid.	Instr umen tal	150			
136	Bacia em aço inox, diâmetro 30 cm	Unid.	Instr umen tal	200			
137	Gancho de gillis simples delicado 16 cm	Unid.	Instr umen tal	30			
138	Porta Agulha para Fio de Aço	Unid.	Instr umen tal	30			
139	Afastador Desmarres	Unid.	Instr umen tal	50			
140	Descolador de Molt	Unid.	Instr umen tal	30			
141	Afastador Senn Mueller 17 cm	Unid.	Instr umen tal	30			

142	Pinça Rowe Esquerda 20 cm	Unid.	Instr umental	10			
143	Afastador Minesota	Unid.	Instr umental	20			
144	Afastador Henahan	Unid.	Instr umental	10			
145	Pinça Rowe Direita 20 cm	Unid.	Instr umental	10			
146	Pinça Satinski atraumática 20 cm	Unid.	Instr umental	30			
147	Gancho de Barros	Unid.	Instr umental	10			
148	Tesoura de Potts, 16 cm	Unid.	Instr umental	50			
149	Tesoura de Potts, 20 cm	Unid.	Instr umental	50			
150	Pinça Faure Uterina, 24 cm	Unid.	Instr umental	10			
151	Pinça Hartmann com serrilha, 09 cm	Unid.	Instr umental	50			
152	Pinça Hartmann com serrilha, 14 cm	Unid.	Instr umental	50			
153	Pinça Hartmann com serrilha, 16 cm	Unid.	Instr umental	50			
154	Pinça Hartmann, auricular, com ponta delicada, 12 cm	Unid.	Instr umental	50			
155	Pinça Schmidt, curva, 18 cm	Unid.	Instr umental	20			
156	Faca de Beckman N.01	Unid.	Instr umental	15			

157	Faca de Beckman N.02	Unid.	Instrumen- tal	15			
158	Faca de Beckman N.03	Unid.	Instrumen- tal	15			
159	Cabo bisturi Nº 04	Unid.	Instrumen- tal	80			
160	Bandeja lisa aço inox 22x12x1,5 cm	Unid	Instrumen- tal	100			
161	Eletrodo faca para caneta de bisturi 2,38mm x 75mm ponta reta longa.	Unid	Instrumen- tal	200			
162	Caneta Monopolar para bisturi elétrico, cabo de silicone, autoclavável, compatível com bisturi elétrico universal (comando pedal).	Unid	Instrumen- tal	200			
163	Cabo da Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável, compatível com bisturi elétrico marca WEM.	Unid	Instrumen- tal	100			
164	Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável	Unid	Instrumen- tal	100			
165	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 30 cm	Unid	Instrumen- tal	30			
166	Abaixador de Língua Brueningos, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
167	Martelo Mead, de percussão, 18,5 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
168	Cinzel, reto, 3 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			

169	Cinzel, reto, 6 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
170	Cinzel, reto, 8 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
171	Cinzel, reto, 10 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
172	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm curva	Unid.	Instrumen- tal	30			
173	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm reta	Unid.	Instrumen- tal	30			
VALOR TOTAL							

OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela.”

Declaramos que:

1. No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a entrega dos materiais, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
2. Os serviços terão início de forma imediata na data de assinatura do contrato e serão executados conforme condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.
3. O prazo de validade da proposta é de ____ (____) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico. (prazo não inferior a 90 (noventa) dias).
3. Comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____ CNPJ: Endereço: _____

Tel/Fax: _____ E-mail: _____

CEP: _____ Cidade: UF: _____

Banco: Agência: C/C: _____

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____

Local /Data: _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO FATO IMPEDITIVO

(Timbre ou identificação do licitante) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** para os devidos fins que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação, que possui as condições de habilitação previstas no edital, e, em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não se enquadra em nenhuma das situações abaixo:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

I - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

**DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL
TIMBRE DA EMPRESA**

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

A:

A/C: Sr.

A empresa xxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxx, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO Nº ____/2026 para Contratação de empresa para fornecimento de _____, a fim de atender as necessidades da **XXX**, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.

Nome da empresa + Carimbo

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável

CPF do responsável

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(papel timbrado da empresa)

Declaro, _____ sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa _____, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal econômico-financeira.

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

(papel timbrado da empresa)

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: "...proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. "

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DO § 2º DO ART. 4º DA LEI
14.133/2021

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- d) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- e) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos

respectivos instrumentos contratuais; ou

f) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V— dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Cidade (UF) .., ... de de 2026.

Nome da empresa + Carimbo

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável

CPF do responsável

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU
DEGRADANTE**

_____ inscrito no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____ DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado. _____ Representante Legal

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO X

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (...)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.043995/2025-15 PREGÃO ELETRÔNICO Nº (...)

A Fundação Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 05.522.917/0001-70, com sede na Rua Governador Ramundo Artur de Vasconcelos, 3015, Bairro: Primavera, Teresina-PI – CEP: 64.002-595, neste ato representado por seu Presidente, Sr. XXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX – SSPDS/CE, inscrito (a) no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX.XX, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços indicado em epígrafe, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 00045.043995/2025-15, conforme o Parecer Jurídico da AJU/FMS nº (...) e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 25.627/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a contratação de empresa(s) visando o **Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futuras e eventuais aquisições de materiais médico-hospitalares (instrumentais cirúrgicos), destinadas aos hospitais da rede municipal de saúde vinculados à GAH/DAE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos do Pregão eletrônico nº (...../20...), que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

NOME DA EMPRESA	C.N.P.J.	
ENDEREÇO DA EMPRESA	Insc. Estadual	
REPRES.:	Fone/E-mail:	

COTA PRINCIPAL

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumental	27			

COTA RESERVADA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
2	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumental	3			

COTA EXCLUSIVA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
3	Cuba retangular 30x40x4 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	100			
4	Cuba redonda 15cm em aço inox	Unid.	Instrumental	150			
5	Cuba redonda 8 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	150			
6	Cuba Rim, em aço inox	Unid.	Instrumental	100			
7	Pinça Cheron, 25 cm	Unid.	Instrumental	80			
8	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumental	80			
9	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumental	80			
10	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumental	60			
11	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumental	60			
12	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instrumental	60			
13	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instrumental	60			

14	Pinça Collin, reta, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
15	Pinça Collin, com ponta forma de anel, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
16	Pinça Pean-Murphy, 16 cm, ponta reta	Unid.	Instrumen- tal	80			
17	Pinça Pean-Murphy, 14 cm, ponta reta	Unid.	Instrumen- tal	80			
18	Pinça dissecação, com dente de rato, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
19	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
20	Pinça dissecação com dente de rato, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
21	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
22	Pinça dissecação com dente de rato, 16cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
23	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
24	Pinça dissecação com dente de rato, 14cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
25	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
26	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
27	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
28	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
29	Pinça adson, com serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			

30	Pinça adson, sem dente, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
31	Cabo bisturi Nº 03	Unid.	Instrumen- tal	200			
32	Cabo bisturi Nº 07	Unid.	Instrumen- tal	200			
33	Aspirador Poole, reto, 24,5 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
34	Aspirador Yankauer	Unid.	Instrumen- tal	100			
35	Pinça Backhaus, 13 cm (para campo)	Unid.	Instrumen- tal	300			
36	Pinça Backhaus, 10 cm (para campo)	Unid.	Instrumen- tal	150			
37	Porta agulha Mayo-Hegar, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
38	Porta agulha Mayo-Hegar, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
39	Porta agulha Mayo-Hegar, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
40	Porta agulha Mayo-Hegar, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
41	Porta agulha Mayo-Hegar, 30 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
42	Porta Agulha Derf, com widea, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
43	Porta Agulha Derf, com widea, 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
44	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
45	Porta agulha Mayo-Hegar, com videia, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			

46	Porta agulha Mayo-Hegar, com videira, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
47	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
48	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
49	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
50	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
51	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
52	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
53	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
54	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
55	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
56	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
57	Tesoura Mayo-Stille, reta, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
58	Tesoura Mayo-Stille, reta, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
59	Tesoura Mayo-Stille, reta, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
60	Tesoura Mayo-Stille, reta, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			

61	Tesoura Romba- Romba, reta, standart, 17 cm	Unid.	Instr umen tal	80			
62	Tesoura Romba- Romba, reta, standart, 20 cm	Unid.	Instr umen tal	80			
63	Tesoura de Íris, fina-fina, reta, 12 cm	Unid.	Instr umen tal	80			
64	Tesoura de Íris, fina-fina, curva, 12 cm	Unid.	Instr umen tal	80			
65	Pinça allis, 5x6 dentes, 20 cm	Unid.	Instr umen tal	100			
66	Pinça allis, 5x6 dentes, 15 cm	Unid.	Instr umen tal	200			
67	Pinça Rochester Pean, curva, 24 cm	Unid.	Instr umen tal	90			
68	Pinça Rochester Pean, curva, 18 cm	Unid.	Instr umen tal	90			
69	Pinça Rochester Pean, reta, 24 cm	Unid.	Instr umen tal	90			
70	Pinça Rochester Pean, reta, 18 cm	Unid.	Instr umen tal	90			
71	Pinça Mixter-Baby, 14 cm	Unid.	Instr umen tal	50			
72	Pinça Mixter, 23 cm, curva	Unid.	Instr umen tal	50			
73	Pinça Kelly, curva, 16 cm	Unid.	Instr umen tal	300			
74	Pinça Kelly, curva, 14 cm	Unid.	Instr umen tal	150			
75	Pinça Kelly, reta, 16 cm	Unid.	Instr umen tal	200			
76	Pinça Kelly, reta, 14 cm	Unid.	Instr umen tal	150			

77	Pinça Halstead-Mosquito, curva, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
78	Pinça Halstead-Mosquito, reta, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
79	Serras de gigli 40 cm	Unid.	Instrumen- tal	500			
80	Serras de gigli 50 cm	Unid.	Instrumen- tal	500			
81	Cabo para serra de gigli	Unid.	Instrumen- tal	50			
82	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 3mm, tam. 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
83	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 5mm, tam. 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
84	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
85	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
86	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
87	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
88	Afastador Farabeuf 1,0 cm x 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
89	Afastador Farabeuf 2,0 cm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
90	Afastador Farabeuf 3,0 cm x 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
91	Afastador Farabeuf 0,7 cm x 10 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
92	Cânula para punção ventricular 1,5 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			

93	Cânula para punção ventricular 2 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			
94	Cânula para punção ventricular 3 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			
95	Cânula para punção ventricular 4 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			
96	Pinça love reta, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
97	Pinça love reta, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
98	Pinça Adson Protetora de dura-máter	Unid.	Instrumen- tal	20			
99	Descolador Olivercrona 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
100	Descolador Penfield nº01	Unid.	Instrumen- tal	15			
101	Descolador Freer, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
102	Descolador Hurd, 22 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
103	Pinça Bipolar Baioneta fenestrada	Unid.	Instrumen- tal	15			
104	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
105	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
106	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
107	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			

108	Pinça Raney, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
109	Passador de serra de Gigli simples	Unid.	Instrumen- tal	30			
110	Espátula maleável delicadas	Unid.	Instrumen- tal	50			
111	Pinça Dandy para couro cabeludo, 14cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
112	Clamps de Bakey, reto, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
113	Clamps de Bakey, curvo, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
114	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 2mm x 120mm	Unid.	Instrumen- tal	60			
115	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 3mm x 120mm	Unid.	Instrumen- tal	60			
116	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 4mm x 120mm	Unid.	Instrumen- tal	60			
117	Afastador Balfour Abdominal com válvula reta 70 X 100 mm	Unid.	Instrumen- tal	20			
118	Afastador Balfour Abdominal com válvula curva 70 X 100 mm	Unid.	Instrumen- tal	20			
119	Pinça Babcock, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
120	Pinça Babcock, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
121	Pinça Duval-Collin, boca, 2,5 cm, 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
122	Pinça Duval, boca, 1,5 cm, 21 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			

123	Pinça Potts-smith com wídea, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
124	Pinça Pozzi, reta, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
125	Histeromêtro Collin, 28 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
126	Pinça Museux, reta, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
127	Pinça Espanhola, 30 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
128	Pinça Espanhola, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
129	Pinça Goiva Leksell (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
130	Pinça Goiva Jansen (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
131	Pinça Goiva Echlin (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
132	Pinça Goiva Stille (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
133	Pinça Semb, curva, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	05			
134	Pinça para Tubos Plásticos, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
135	Cuba Retangular, em aço inox, 20x30 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
136	Bacia em aço inox, diâmetro 30 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
137	Gancho de gillis simples delicado 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
138	Porta Agulha para Fio de Aço	Unid.	Instrumen- tal	30			

139	Afastador Desmarres	Unid.	Instrumen- tal	50			
140	Descolador de Molt	Unid.	Instrumen- tal	30			
141	Afastador Senn Mueller 17 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
142	Pinça Rowe Esquerda 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
143	Afastador Minesota	Unid.	Instrumen- tal	20			
144	Afastador Henahan	Unid.	Instrumen- tal	10			
145	Pinça Rowe Direita 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
146	Pinça Satinski atraumática 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
147	Gancho de Barros	Unid.	Instrumen- tal	10			
148	Tesoura de Potts, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
149	Tesoura de Potts, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
150	Pinça Faure Uterina, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
151	Pinça Hartmann com serrilha, 09 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
152	Pinça Hartmann com serrilha, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
153	Pinça Hartmann com serrilha, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
154	Pinça Hartmann, auricular, com ponta delicada, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			

155	Pinça Schimidt, curva, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
156	Faca de Beckman N.01	Unid.	Instrumen- tal	15			
157	Faca de Beckman N.02	Unid.	Instrumen- tal	15			
158	Faca de Beckman N.03	Unid.	Instrumen- tal	15			
159	Cabo bisturi N° 04	Unid.	Instrumen- tal	80			
160	Bandeja lisa aço inox 22x12x1,5 cm	Unid	Instrumen- tal	100			
161	Eletrodo faca para caneta de bisturi 2,38mm x 75mm ponta reta longa.	Unid	Instrumen- tal	200			
162	Caneta Monopolar para bisturi elétrico, cabo de silicone, autoclavável, compatível com bisturi elétrico universal (comando pedal).	Unid	Instrumen- tal	200			
163	Cabo da Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável, compatível com bisturi elétrico marca WEM.	Unid	Instrumen- tal	100			
164	Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável	Unid	Instrumen- tal	100			
165	Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 30 cm	Unid	Instrumen- tal	30			
166	Abaixador de Língua Brueningos, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
167	Martelo Mead, de percussão, 18,5 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			

168	Cinzel, reto, 3 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
169	Cinzel, reto, 6 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
170	Cinzel, reto, 8 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
171	Cinzel, reto, 10 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
172	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm curva	Unid.	Instrumen- tal	30			
173	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm reta	Unid.	Instrumen- tal	30			
VALOR TOTAL							

OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela."

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é a Fundação Municipal de Saúde – FMS.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7.Dos limites para as adesões

4.7.1. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.*

4.7.2. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.7.3. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.1.*

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma da legislação municipal sobre orçamento referencial de contratações.

4.8.Da Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **01 (um) ano**, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.2. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no edital, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos. (art. 17, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 35, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 4.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. (art. 36, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.2.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.2.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6 O registro a que se refere o item 5.4.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços nas hipóteses previstas no art. 28 e 29 do Decreto Municipal nº 25.627/24.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021. (art. 19, Decreto Municipal nº 25.627/24).

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no § 3º, do art. 18, do Decreto Municipal nº 25.627/24, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os licitantes de que trata o item 5.2.2.2, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada (art. 21, Decreto Municipal nº 25.627/24), e assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços. O remanejamento será feito:

8.1.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.1.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 8.1.

8.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, será observado o item 8.1.2.

8.4. Para fins do disposto no 8.1, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto do item 8.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar reduzir seu preço, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 25.627, de 2024; ou

9.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público, devidamente justificadas;

9.4.2.A pedido do fornecedor, por fato superveniente, decorrente de de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou 9.4.3.Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 25.627, de 2024.

10.DAS PENALIDADES

10.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital .

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023)

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO X - A
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

NOME DA EMPRESA CONTRATADA	C.N.P.J.	
ENDEREÇO COMPLETO COM CEP	Insc. Estadual	
REPRES.:	Fone/E-mail:	

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original(SE HOUVER):

ANEXO XI
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.043995/2025-15

Pregão Eletrônico Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TERESINA, POR
INTERMÉDIO DO (A)
E

*O Município de Teresina, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOM de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa(s) visando o **Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futuras e eventuais aquisições de materiais médico-hospitalares (instrumentais cirúrgicos), destinadas aos hospitais da rede municipal de saúde vinculados à GAH/DAE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1.DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1.1.1. O objeto ora contratado consiste em:

NOME DA EMPRESA CONTRATADA	C.N.P.J.	
ENDEREÇO COMPLETO COM CEP	Insc. Estadual	
REPRES.:	Fone/E-mail:	

COTA PRINCIPAL

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TIPO	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumen tal	27			

COTA RESERVADA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
2	Cortador de Steiman – com vídeo para fio de aço, 45 cm	Unid	Instrumental	3			

COTA EXCLUSIVA

Item	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	TIPO	ESTIMATIVA ANUAL REDE + HUT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
3	Cuba retangular 30x40x4 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	100			
4	Cuba redonda 15cm em aço inox	Unid.	Instrumental	150			
5	Cuba redonda 8 cm em aço inox	Unid.	Instrumental	150			
6	Cuba Rim, em aço inox	Unid.	Instrumental	100			
7	Pinça Cheron, 25 cm	Unid.	Instrumental	80			
8	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumental	80			
9	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumental	80			
10	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumental	60			
11	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumental	60			
12	Pinça Foerster, reta, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instrumental	60			
13	Pinça Foerster, curva, com serrilha, 18 cm	Unid.	Instrumental	60			

14	Pinça Collin, reta, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
15	Pinça Collin, com ponta forma de anel, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
16	Pinça Pean-Murphy, 16 cm, ponta reta	Unid.	Instrumen- tal	80			
17	Pinça Pean-Murphy, 14 cm, ponta reta	Unid.	Instrumen- tal	80			
18	Pinça dissecação, com dente de rato, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
19	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
20	Pinça dissecação com dente de rato, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
21	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
22	Pinça dissecação com dente de rato, 16cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
23	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
24	Pinça dissecação com dente de rato, 14cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
25	Pinça dissecação anatômica, com serrilha, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
26	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
27	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
28	Pinça dissecação (debaquey), serrilha parcial, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
29	Pinça adson, com serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			

30	Pinça adson, sem dente, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
31	Cabo bisturi Nº 03	Unid.	Instrumen- tal	200			
32	Cabo bisturi Nº 07	Unid.	Instrumen- tal	200			
33	Aspirador Poole, reto, 24,5 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
34	Aspirador Yankauer	Unid.	Instrumen- tal	100			
35	Pinça Backhaus, 13 cm (para campo)	Unid.	Instrumen- tal	300			
36	Pinça Backhaus, 10 cm (para campo)	Unid.	Instrumen- tal	150			
37	Porta agulha Mayo-Hegar, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
38	Porta agulha Mayo-Hegar, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
39	Porta agulha Mayo-Hegar, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
40	Porta agulha Mayo-Hegar, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
41	Porta agulha Mayo-Hegar, 30 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
42	Porta Agulha Derf, com widea, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
43	Porta Agulha Derf, com widea, 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
44	Porta agulha Mayo-Hegar, com widea, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
45	Porta agulha Mayo-Hegar, com widea, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			

46	Porta agulha Mayo-Hegar, com videira, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
47	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
48	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
49	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
50	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
51	Tesoura Metzemaum-Nelson, curva, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
52	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
53	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
54	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
55	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
56	Tesoura Metzemaum-Nelson, reta, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
57	Tesoura Mayo-Stille, reta, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
58	Tesoura Mayo-Stille, reta, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
59	Tesoura Mayo-Stille, reta, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
60	Tesoura Mayo-Stille, reta, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			

61	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 17 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
62	Tesoura Romba-Romba, reta, standart, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
63	Tesoura de Íris, fina-fina, reta, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
64	Tesoura de Íris, fina-fina, curva, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
65	Pinça allis, 5x6 dentes, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	100			
66	Pinça allis, 5x6 dentes, 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
67	Pinça Rochester Pean, curva, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	90			
68	Pinça Rochester Pean, curva, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	90			
69	Pinça Rochester Pean, reta, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	90			
70	Pinça Rochester Pean, reta, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	90			
71	Pinça Mixter-Baby, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
72	Pinça Mixter, 23 cm, curva	Unid.	Instrumen- tal	50			
73	Pinça Kelly, curva, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	300			
74	Pinça Kelly, curva, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
75	Pinça Kelly, reta, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
76	Pinça Kelly, reta, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			

77	Pinça Halstead-Mosquito, curva, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
78	Pinça Halstead-Mosquito, reta, serrilha, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
79	Serras de gigli 40 cm	Unid.	Instrumen- tal	500			
80	Serras de gigli 50 cm	Unid.	Instrumen- tal	500			
81	Cabo para serra de gigli	Unid.	Instrumen- tal	50			
82	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 3mm, tam. 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
83	Pinça Kerrison Ang. P/ cima 5mm, tam. 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
84	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
85	Pinça Dissecção Baioneta, sem dente, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
86	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
87	Pinça Dissecção Baioneta, com dente, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
88	Afastador Farabeuf 1,0 cm x 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
89	Afastador Farabeuf 2,0 cm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
90	Afastador Farabeuf 3,0 cm x 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
91	Afastador Farabeuf 0,7 cm x 10 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
92	Cânula para punção ventricular 1,5 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			

93	Cânula para punção ventricular 2 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			
94	Cânula para punção ventricular 3 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			
95	Cânula para punção ventricular 4 mm (starlet)	Unid.	Instrumen- tal	30			
96	Pinça love reta, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
97	Pinça love reta, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
98	Pinça Adson Protetora de dura-máter	Unid.	Instrumen- tal	20			
99	Descolador Olivercrona 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
100	Descolador Penfield nº01	Unid.	Instrumen- tal	15			
101	Descolador Freer, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	60			
102	Descolador Hurd, 22 cm	Unid.	Instrumen- tal	15			
103	Pinça Bipolar Baioneta fenestrada	Unid.	Instrumen- tal	15			
104	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
105	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
106	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
107	Afastador Weitalner, 3x4 garras rombas, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			

108	Pinça Raney, 20 cm	Unid.	Instru- men- tal	15			
109	Passador de serra de Gigli simples	Unid.	Instru- men- tal	30			
110	Espátula maleável delicadas	Unid.	Instru- men- tal	50			
111	Pinça Dandy para couro cabeludo, 14cm	Unid.	Instru- men- tal	100			
112	Clamps de Bakey, reto, 25 cm	Unid.	Instru- men- tal	30			
113	Clamps de Bakey, curvo, 25 cm	Unid.	Instru- men- tal	30			
114	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 2mm x 120mm	Unid.	Instru- men- tal	60			
115	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 3mm x 120mm	Unid.	Instru- men- tal	60			
116	Pontas aspirativas Frazier Haste, com mandril, 4mm x 120mm	Unid.	Instru- men- tal	60			
117	Afastador Balfour Abdominal com válvula reta 70 X 100 mm	Unid.	Instru- men- tal	20			
118	Afastador Balfour Abdominal com válvula curva 70 X 100 mm	Unid.	Instru- men- tal	20			
119	Pinça Babcock, 20 cm	Unid.	Instru- men- tal	80			
120	Pinça Babcock, 16 cm	Unid.	Instru- men- tal	80			
121	Pinça Duval-Collin, boca, 2,5 cm, 23 cm	Unid.	Instru- men- tal	50			
122	Pinça Duval, boca, 1,5 cm, 21 cm	Unid.	Instru- men- tal	50			

123	Pinça Potts-smith com wídea, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
124	Pinça Pozzi, reta, 25 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
125	Histeromêtro Collin, 28 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
126	Pinça Museux, reta, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
127	Pinça Espanhola, 30 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
128	Pinça Espanhola, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
129	Pinça Goiva Leksell (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
130	Pinça Goiva Jansen (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
131	Pinça Goiva Echlin (Biarticulada), 23 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
132	Pinça Goiva Stille (Biarticulada), 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
133	Pinça Semb, curva, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	05			
134	Pinça para Tubos Plásticos, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
135	Cuba Retangular, em aço inox, 20x30 cm	Unid.	Instrumen- tal	150			
136	Bacia em aço inox, diâmetro 30 cm	Unid.	Instrumen- tal	200			
137	Gancho de gillis simples delicado 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
138	Porta Agulha para Fio de Aço	Unid.	Instrumen- tal	30			

139	Afastador Desmarres	Unid.	Instrumen- tal	50			
140	Descolador de Molt	Unid.	Instrumen- tal	30			
141	Afastador Senn Mueller 17 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
142	Pinça Rowe Esquerda 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
143	Afastador Minesota	Unid.	Instrumen- tal	20			
144	Afastador Henahan	Unid.	Instrumen- tal	10			
145	Pinça Rowe Direita 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
146	Pinça Satinski atraumática 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	30			
147	Gancho de Barros	Unid.	Instrumen- tal	10			
148	Tesoura de Potts, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
149	Tesoura de Potts, 20 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
150	Pinça Faure Uterina, 24 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
151	Pinça Hartmann com serrilha, 09 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
152	Pinça Hartmann com serrilha, 14 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
153	Pinça Hartmann com serrilha, 16 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			
154	Pinça Hartmann, auricular, com ponta delicada, 12 cm	Unid.	Instrumen- tal	50			

155	Pinça Schimidt, curva, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	20			
156	Faca de Beckman N.01	Unid.	Instrumen- tal	15			
157	Faca de Beckman N.02	Unid.	Instrumen- tal	15			
158	Faca de Beckman N.03	Unid.	Instrumen- tal	15			
159	Cabo bisturi Nº 04	Unid.	Instrumen- tal	80			
160	Bandeja lisa aço inox 22x12x1,5 cm	Unid	Instrumen- tal	100			
161	Eletrodo faca para caneta de bisturi 2,38mm x 75mm ponta reta longa.	Unid	Instrumen- tal	200			
162	Caneta Monopolar para bisturi elétrico, cabo de silicone, autoclavável, compatível com bisturi elétrico universal (comando pedal).	Unid	Instrumen- tal	200			
163	Cabo da Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável, compatível com bisturi elétrico marca WEM.	Unid	Instrumen- tal	100			
164	Pinça Coaguladora Bipolar, autoclavável	Unid	Instrumen- tal	100			
165	Cortador de Steiman – com vídea para fio de aço, 30 cm	Unid	Instrumen- tal	30			
166	Abaixador de Língua Brueningos, 18 cm	Unid.	Instrumen- tal	80			
167	Martelo Mead, de percussão, 18,5 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			

168	Cinzel, reto, 3 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
169	Cinzel, reto, 6 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
170	Cinzel, reto, 8 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
171	Cinzel, reto, 10 mm x 15 cm	Unid.	Instrumen- tal	10			
172	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm curva	Unid.	Instrumen- tal	30			
173	Pinça para Biópsia auricular micro 8 cm reta	Unid.	Instrumen- tal	30			
VALOR TOTAL							

OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1.São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.043995/2025-15** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que atende a necessidades permanentes e prolongadas da entidade licitante, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando do Estudo Técnico Preliminar.

3.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 4.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 4.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 4.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 4.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens onde não há vinculação à prestação de serviços acessórios.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

6.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....) (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito:

OBSERVAÇÃO: O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual nas contratações públicas é facultativa, ficando a critério da autoridade competente e condicionada à previsão expressa no edital, bem como à análise da complexidade técnica, do risco envolvido na contratação e do custo administrativo decorrente da exigência.

7.2 No presente caso, trata-se de aquisição pontual de bens duráveis e padronizados — estetoscópios, esfigmomanômetros, termômetros, oxímetros e aparelhos digitais de pressão arterial —, todos amplamente disponíveis no mercado e com risco reduzido de inadimplemento, considerando a natureza do objeto e o seu fornecimento de forma imediata e integral. A operação é de baixa complexidade técnica e não se configura como fornecimento continuado ou obra/serviço de engenharia, o que afasta a hipótese de obrigatoriedade de garantia, conforme também prevê o art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Por fim, ressalta-se que o risco de descumprimento contratual pode ser mitigado por outros meios de controle que serão previstos no edital e no contrato, como o pagamento apenas após a entrega dos produtos e sua aceitação definitiva, bem como a aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inadimplemento.

7.4 Diante do exposto, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de contratação de baixo risco, pontual, de objeto padronizado e amplamente disponível, o que está plenamente respaldado pelo disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de Entrega

8.1.1. Os produtos serão entregues em remessas parceladas, de acordo com as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Teresina.

8.1.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho.

8.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.1.4. A entrega do objeto será feita, em dias úteis, de 7:30 às 13:30h, no Núcleo de Patrimônio da FMS - NUPA, situado na Av. Barão de Gurguéia, nº 2933, telefone (86) 3218-5724, bairro Tabuleta, Teresina-PI, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

8.1.5. O objeto deverá ser entregue em sua embalagem original contendo as indicações de marca, fabricante/produtor, procedência e manual de uso e garantia.

8.1.6. Os produtos em desacordo com a Proposta da Contratada serão rejeitados pela FMS/PMT, obrigando-se o fornecedor a repor no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da comunicação pela Contratante.

8.1.7. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da Contratada.

8.1.8. A Contratada deverá emitir guias de remessas informatizadas, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da Contratante, endereço completo, equipamento/material que está sendo entregue, unidade e quantidade. Deverá conter, também, data e assinatura do recebedor com carimbo e assinatura do prestador do serviço.

8.1.9. A Contratante emitirá Nota de Empenho, na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item licitado.

8.1.10. Os produtos não devem ser estocados próximos a gás liquefeito de petróleo e outros produtos potencialmente tóxicos para evitar a contaminação ou impregnação de odores indesejáveis.

8.1.11. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma adequada à sua conservação, em embalagens de fábrica, lacrados pelo fabricante e transportados em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias.

8.1.12. Os técnicos ou empregados da Contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados com uniforme e/ou crachás, desde que nos crachás contenham identificação da empresa e do funcionário, bem como fica proibido que seu pessoal fique circulando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho.

8.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

8.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deverá de, no mínimo, 1 ano ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Tal garantia faz-se necessário, tendo em vista que a licitação será realizada na forma de Sistema de Registro de Preços e os produtos serão adquiridos de acordo com as necessidades do setor requisitante.

8.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

8.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

8.2.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

8.2.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias, as expensas da contratada

8.2.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

8.2.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

8.2.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.2.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente,

de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

8.2.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

8.2.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.2.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8.2.13. A assistência técnica e os serviços de manutenção deverão ser prestados por unidade localizada em distância compatível com as necessidades operacionais da Administração, de modo a garantir agilidade, eficiência e atendimento dentro dos prazos estipulados nesta cláusula.

CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

9.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, no local e endereço indicados neste Termo de Referência.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.1.8. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da Contratada.

9.1.. Todos os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem

original da fábrica, contendo externamente dados do fabricante e conteúdo da embalagem. Os rótulos/instruções de uso/manual, com todas as informações sobre os produtos deverão ser em língua portuguesa.

9.1.11. Os produtos não devem ser estocados próximos a gás liquefeito de petróleo e outros produtos potencialmente tóxicos para evitar a contaminação ou impregnação de odores indesejáveis.

9.1.12. O produto a ser entregue deverá atender ao disposto na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

9.2. LIQUIDAÇÃO

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Registro Cadastral ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Registro Cadastral para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao Sistema de Registro Cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sistema de Registro Cadastral.

9.3. PAGAMENTO

9.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado, preferencialmente, na instituição financeira Banco do Brasil S.A.

9.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

9.3.2.1. Cópia legível do empenho;

9.3.2.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto ou serviço à Contratante, sanadas as irregularidades constatadas.

9.3.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

9.3.2.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

9.3.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.3.2.6. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

9.3.3. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

9.3.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

9.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

9.3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.3.8. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

9.3.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

9.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei

Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$I = \frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei 14.133/21.

10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

10.1.8. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.1.9. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado

com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.14. Realizar pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

10.1.15. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços.

10.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2.2. Entregar o objeto acompanhado de documentação fiscal, respectivo termo de garantia do fabricante, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento;

10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.4. Comunicar ao contratante, com pelo menos 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

10.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como

as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/21);

10.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21);

10.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21.

10.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.2.18. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

10.2.19. Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

10.2.20. Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

10.2.21. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

10.2.22. Dar garantia dos produtos, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

10.2.23. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, as obrigações contratuais, sem prévia e expressa anuência da contratante;

10.2.24. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;

10.2.25. Responder pelos compromissos assumidos com terceiros, vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.2.26. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2.27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

10.2.28. Realizar capacitações e treinamentos, quando solicitado pela Contratante, visando bem operacionalizar os materiais e equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, quer seja, a data em que os dados de pesquisa de preço serão juntados aos autos do processo de contratação.

11.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula, consoante art. 5º do Decreto Federal nº 1.054/94:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto no Decreto Municipal nº 25.627/24.

11.10. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

11.10.1. convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

11.10.2. frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido;

11.10.3. convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.11.1. liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

11.11.2. convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.12. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;
- b) O atraso superior a dez dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- c) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, nos termos do item acima.
- d) A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- e) Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- f) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- g) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- h) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- i) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- j) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - 1.1) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 1.2) as peculiaridades do caso concreto;
 - 1.3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 1.4) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 1.5) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- l) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis

de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

m) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

n) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

o) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

p) Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

13.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.4. As alterações previstas neste item do Termo de Referência serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. A extinção do contrato, consoante arts. 138 e 139 da Lei 14.133/21, poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.1.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.1.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

14.1.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal para o presente exercício de **XXX**, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	AÇÃO	DESPESA	FONTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Diário Oficial do Município de Teresina, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro do Município de Teresina (PI) para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

18.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes e 2 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO
TESTEMUNHAS: